



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS

MONIQUE BEZERRA DE MELO
RAYSSA CABRAL DOS SANTOS
RENATA DO NASCIMENTO SILVA

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
ATIVIDADES LABORAIS DA UFPB: ANÁLISE DE UM PROJETO DE
EXTENSÃO EM BUSCA DO EMPODERAMENTO E DA AUTONOMIA**

JOÃO PESSOA
2015

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
ATIVIDADES LABORAIS DA UFPB: ANÁLISE DE UM PROJETO DE
EXTENSÃO EM BUSCA DO EMPODERAMENTO E DA AUTONOMIA**

MONIQUE BEZERRA DE MELO
RAYSSA CABRAL DOS SANTOS
RENATA DO NASCIMENTO SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Habilitações Pedagógicas da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Taísa Caldas Dantas

JOÃO PESSOA
2015

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal da Paraíba.

Biblioteca

M528i Melo, Monique Bezerra de.

Inclusão de pessoas com deficiência intelectual em atividades laborais da UFPB: análise de um projeto de extensão em busca do empoderamento e da autonomia / Monique Bezerra de Melo, Rayssa Cabral dos Santos, Renata do Nascimento Silva. – João Pessoa: UFPB, 2015.

69f. ; il.

Orientadora: Taisa Caldas Dantas

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação especial. 2. Deficiente intelectual. 3. Inclusão. I. Santos, Rayssa Cabral dos, Silva, Renata do Nascimento. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376 (043.2)

**INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
ATIVIDADES LABORAIS DA UFPB: ANÁLISE DE UM PROJETO DE
EXTENSÃO EM BUSCA DO EMPODERAMENTO E DA AUTONOMIA**

MONIQUE BEZERRA DE MELO
RAYSSA CABRAL DOS SANTOS
RENATA DO NASCIMENTO SILVA

Avaliada em ___/___/_____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Taísa Caldas Dantas
Orientadora

Prof.^o Dr.^o Fábio Nascimento Fonseca
UFPB

Prof.^a Mestre Santuza Mônica de França Pereira Fonseca
UFPB

DEDICATÓRIA

A DEUS, aos nossos pais, familiares, amigos, professores e funcionários da UFPB. Enfim, à todos que nos ajudaram, contribuindo para que esta monografia se tornasse possível e, hoje, uma realidade em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer primeiramente a Deus “O Autor da Vida”, a nossa família por estar sempre ao nosso lado nos ajudando a construir e vencer as etapas da vida.

Agradecemos aos nossos amigos e aos profissionais que estiveram conosco contribuindo com o amadurecimento dos nossos conhecimentos e práticas.

De forma pontual, somos gratas, também, aos vários amigos e amigas que conquistamos no curso.

Queremos agradecer também à Prof.^a Dr.^a Taísa Caldas Dantas por ter nos orientado, nos transferindo conhecimentos e dado todo suporte para elaboração desta monografia que, tornou-se uma troca de conhecimentos para todos.

Agradecemos!

*"A maior deficiência não está no corpo do
deficiente, mas, na alma do preconceituoso."*
Sebastião Barros Travassos

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar como a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais na UFPB, contribui (ou não) para o processo de empoderamento em suas vidas. Diante de uma realidade de preconceito e discriminação que marca a vida das pessoas com deficiência e, de forma acentuada, as que possuem deficiência intelectual, facilitar o acesso ao mercado de trabalho e tê-las em um ambiente adequado e favorável, contribuirá substancialmente para o empoderamento e participação social destes. Portanto, verificar esta contribuição, possível através do ambiente de trabalho e de sua atuação na sociedade, é indispensável, pelo fato de tratarmos de pessoas que possuem habilidades diferenciadas e por existir alguns espaços da sociedade, em que sua inclusão ainda é limitada. A natureza deste trabalho monográfico é uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada por meio de entrevista semiestruturada e registros de observações feitos no ambiente de trabalho, de monitoria e acompanhamento, observação e entrevista. A pesquisa foi efetivada com dois jovens do projeto “Empoderar para Crescer”, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o qual visa oportunizar a pessoa com deficiência intelectual atuar no mercado de trabalho. Além disso, foi coletada informações com os familiares dos mesmos e instituições voltadas para o atendimento do deficiente. Ao final, foi constatado que diante de uma realidade de exclusão e preconceito por parte da sociedade, a começar pela família, torna-se imprescindível estabelecer e oferecer um diálogo, educação e recursos adequados que favoreçam o desenvolvimento intelectual, emancipação, inclusão e participação gradativa dessas pessoas nos espaços sociais. Características que favorecem o empoderamento desses jovens surgem e acontecem de fato, assim que os mesmos obtêm oportunidades, em ambientes adequados, e percebem o respeito e os seus direitos sendo cumpridos.

Palavras-chaves: deficiente intelectual; empoderamento; trabalho; emancipação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the inclusion of young people with intellectual disabilities in work activities in UFPB contributes (or not) to the process of empowerment in their lives. Faced with a reality of prejudice and discrimination that mark the lives of people with disabilities and, significantly, those with intellectual disabilities, to facilitate access to the labor market and have them in a suitable and favorable environment, contribute substantially to the empowerment and social participation of these. So check this contribution possible through the work environment and their role in society, it is essential, because we treat people who have different skills and be some areas of society where their inclusion is still limited. The nature of this monograph is a qualitative research, conducted through semi-structured interviews and observations of records made in the workplace, monitoring and monitoring, observation and interview. The research was carried out with two young project "Empowering to Grow", the Federal University of Paraíba (UFPB), which aims to create opportunities for people with intellectual disabilities work in the labor market. In addition, information was collected with their family members and institutions aimed at assisting the poor. In the end, it was found that before a reality of exclusion and prejudice on the part of society, beginning with the family, it is essential to establish and offer a dialogue, education and resources that promote intellectual development, empowerment, inclusion and gradual participation these people in the social spaces. Characteristics that favor the empowerment of these young people come and do happen, so that they get opportunities in appropriate environments, and realize the respect and their rights being met.

Key-words: intellectual disabled; empowerment; job; emancipation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Pessoas Encaminhadas e Inseridas no Mercado de Trabalho Período: 2011 – 2014

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização Geral dos sujeitos observados na pesquisa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA	15
3. DISCUTINDO A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	18
4. O MERCADO DE TRABALHO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	28
5. EMPODERAMENTO	36
6. PERCURSO METODOLÓGICO	39
6.1. Contexto da pesquisa	40
6.2. Participantes da Pesquisa	40
6.3. Instrumentos de coleta de dados	41
6.4. Coleta de dados	42
6.5. Análise dos Dados	43
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
7.1. A descrição do Projeto de Extensão	44
7.2. Identificação de João	46
7.3. Panorama escolar e convívio familiar	46
7.4. A importância do trabalho	50
7.5. Identificação de Pedro	52
7.6. Panorama escolar e convívio familiar	52
7.7. A importância do trabalho	56
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES	65
ANEXO	69

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo central analisar a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais na UFPB e tem como pergunta de pesquisa: *Como o trabalho contribui para o processo de empoderamento e participação social dos jovens com deficiência intelectual?* Através desta análise, visamos averiguar a inclusão e atuação da pessoa com deficiência nas atividades laborais realizadas em alguns departamentos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), buscando constatar se esta atuação gera ou não empoderamento em suas vidas.

O argumento central desta pesquisa é que apesar da exclusão historicamente sofrida pela pessoa com deficiência intelectual no meio socioeducacional, ele/ela pode conseguir desenvolver autonomia e gerar o empoderamento, mas se faz necessário que a sociedade derrube as barreiras de preconceito, discriminação e exclusão e lhes dê oportunidades de crescimento através do trabalho.

No Brasil a pessoa com deficiência passou a ser notada pela sociedade em meados dos anos 60, onde predominava o modelo médico patológico o qual subentendia que os deficientes tinham algum tipo de doença e precisavam se curar, devido a isto eles/as eram excluídos da sociedade e viviam trancafiados em suas casas. Este conceito se estendeu até os anos 70. Nos anos 80 nasceu o modelo de integração social, que especificava que a pessoa com deficiência poderia ser integrada se ela conseguisse se adaptar à sociedade e à escola. Já nos anos 90 emerge o paradigma da inclusão social, no qual a sociedade tem discutido a necessidade de se adaptar às pessoas com deficiência e criar mecanismos para que todas as pessoas, independentemente de suas condições, sejam incluídas e tenham uma vida digna.

A Declaração de Salamanca¹ elaborada em 1994 é um documento referente ao modelo educacional inclusivo, que serve de orientação para as escolas, o mesmo tem o objetivo de garantir a educação de qualidade para crianças, jovens e adultos que apresentem qualquer tipo de dificuldade na aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional² (LDB) foi fruto da repercussão mundial que teve a Declaração de Salamanca, com intuito de legitimar o sistema de educação brasileira, e a mais recente é a do ano de 1996, onde traz em seu texto um capítulo específico

¹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em: 21/10/2015

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 21/10/2015

para tratar das questões referentes à Educação Especial³, e tem como foco principal defender o direito a uma educação de qualidade.

O mercado de trabalho está a cada dia mais exigente, com isso a pessoa com deficiência acaba se prejudicando exatamente porque não teve uma educação de qualidade, que lhe preparasse profissionalmente para praticar atividades laborais, assim a educação de qualidade que está garantida por lei, ainda é algo almejado pelas pessoas que apresentam qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem.

O ambiente de trabalho pode se configurar um dos caminhos para a pessoa com deficiência conseguir desenvolver o empoderamento. O empoderamento tem a finalidade de fazer com que o indivíduo tenha vez, ou seja, tenha seus direitos garantidos perante a sociedade. Acreditamos que com a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, ela constituirá independência financeira, realização pessoal, autonomia e principalmente será incluída na sociedade, e assim gerará o empoderamento, pois oportunizará o seu desenvolvimento em várias esferas.

O autor Braga (2011) descreve que umas das justificativas mais alegadas pelas empresas para manter as pessoas com deficiência fora do mercado de trabalho tem sido a baixa escolarização e a falta de qualificação profissionalizante, além dos fatores socioculturais. E, quando o deficiente adentra no mercado de trabalho se submete a salários baixos e indignos e as posições mais simples e menos valorizadas. Com isto podemos perceber a exclusão, que infelizmente não se resume a isto, ela também está presente em diversos aspectos da sociedade, como: na família, são desacreditados de seu potencial; na escola acontece à exclusão velada, que ao mesmo tempo incluem e excluem, ou seja, o/a aluno/a está presente em sala de aula, mas não há interação entre os pares.

Mas, apesar de tudo, é necessário criar mais oportunidades através das lutas diárias dos movimentos sociais e até mesmo dos próprios deficientes, visando fortalecer e garantir os direitos já adquiridos até hoje, nas leis, nas convenções entre outros, porém na realidade o que eles/as mais almejam é que seus direitos saiam do papel e venham para a realidade social.

O acesso ao mercado de trabalho se torna ainda mais difícil para os mesmos, pois eles/as não possuem escolarização adequada e a sociedade não sabe lidar com estilos e ritmos de aprendizagem diferentes, com isso a maioria das empresas, por parte dos recursos humanos

³ A educação especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos portadores de necessidades educacionais especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_especial.pdf>. Acessado em: 21/10/2015

acreditam que estas pessoas não são capazes, quanto à execução de suas atividades em seus setores. Com isto é necessário que haja a inclusão no mercado de trabalho de forma efetiva e não apenas por cumprimento de leis.

Essa pesquisa é de natureza qualitativa e busca analisar como a inserção no mercado de trabalho pode gerar empoderamento. Ela se dará a partir de um projeto desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba intitulado “Empoderar para Crescer”, o qual é formado por 6 (seis) jovens com deficiência intelectual dentro dos quais nesse projeto apresentaremos a experiência de 2 jovens, João e Pedro.

Este trabalho será dividido em 3 (três) sessões. Na primeira parte iremos apresentar um panorama geral sobre a educação no Brasil e a inclusão no mercado de trabalho, especificamente na Paraíba. Na segunda parte iremos apresentar o caminho metodológico da pesquisa. E, por fim, apresentaremos a análise dos dados, assim como os principais resultados encontrados na pesquisa.

2. CONCEITUANDO A DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência já receberam várias nomenclaturas constituídas pela sociedade. Segundo os autores Luppi (2010) e Sasaki (2005), o primeiro termo recebido para os deficientes foram “os inválidos”, que vem do começo da história. Porém, na metade do século XX até 1960 a nomenclatura foi substituída para “os incapacitados” e a partir de 1960 até a década de 1980 foram designados de “os defeituosos”.

De 1981 a 1987 eles/as foram caracterizados como “pessoas deficientes”, de 1988 a 1993 foram instituídos “pessoas portadoras com deficiência”, no entanto nesse período, por volta de 1990, também se criou um novo termo denominado “pessoas com necessidades especiais”. Porém deduziram que este termo era extenso, e assim reduziram apenas para “pessoas especiais”, mas esse termo só veio se concretizar em 1994. Contudo no ano de 2008 na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁴ se constitui um novo termo “pessoas com deficiência”, esta nomenclatura perdura até os dias de hoje.

De acordo com o Dicionário Priberam (2015) a palavra deficiência é descrita como “falta, carência, insuficiência”⁵. Com isto percebe-se que os termos designados são de baixa significância, colocando estes sujeitos como sendo um ser inábil.

No Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999 no Art. 3º inciso I, diz que:

Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.⁶

Essas são as definições biológicas, gramaticais e legais da deficiência, mas não é possível olhar para elas de forma separada do discurso social em que foram concebidas. Para Silva (1997) o conceito de incapacidade que designa a pessoa com deficiência é um termo que se constituiu devido aos padrões de normalidade da sociedade, pois todo e qualquer indivíduo que não se encaixa nesse modelo, é visto com um olhar diferenciado. Esse julgamento de normalidade não vem de hoje, e sim de muitos anos atrás, é algo histórico. Dessa forma, esses sujeitos são desprezados e tidos como inferiores, uma vez que vivemos em um mundo de normas, e aquele que não se enquadra nessas perceptivas são discriminados e subjugados como cidadãos que não pertencem a sociedade.

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acessado em: 21/11/2015

⁵ Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/deficiente>>. Acessado em: 21/11/2015

⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acessado em: 21/11/2015

Assim, a pessoa com deficiência não deve ser tratada como “coitadinho” e incapaz, mas como um sujeito que apresenta alguma deficiência como parte de sua identidade enquanto sujeito humano e precisará de algumas adaptações para desenvolver determinadas atividades, pois sempre vai haver alguma desigualdade entre uma pessoa com deficiência e outra que não possua nenhuma deficiência. Contudo, isso não é critério para colocar o deficiente como incapaz, isso é apenas uma questão de desigualdade, e não de incapacidade.

Conforme Tette (2013, apud, Goffman, 1988) as pessoas com deficiência são estigmatizadas porque a sociedade é pautada pelos pressupostos de normalidade, que tende a desconsiderar os indivíduos incapazes, quando estes não atendem aos padrões normalizados por ela. Assim, indivíduos com deformações ou com qualquer outra característica que os torne, aos olhos dos outros, diferentes, são evitados e, quase automaticamente, desacreditados.

A deficiência se constitui da dificuldade de realizar algumas determinadas atividades no cotidiano, ela também interfere em diversos aspectos: a socialização com as outras pessoas; no processo de aprendizagem e na aquisição da autonomia. A deficiência se subdivide em quatro, são elas: deficiência auditiva; deficiência visual; deficiência física e deficiência intelectual.

Nessa pesquisa, optamos por trabalhar com pessoas com deficiência intelectual, uma vez que esta é a mais estigmatizada dentre as citadas. Podemos constatar a segregação desses sujeitos nos ambientes escolar, social e profissional. A deficiência intelectual atua nas funções cognitivas limitando o funcionamento intelectual, ou seja, o indivíduo que possui essa deficiência necessitará em seu processo de desenvolvimento, mais dedicação dos que o rodeiam. Isto não significa que eles/as não conseguem aprender, mas que necessitam de um tempo a mais para isto.

A afirmação de Luppi é que:

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico e sim um ou mais fatores que causam um prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (LUPPI, 2010, p.23)

Neste contexto, constata-se que a deficiência intelectual não deve ser associada a transtorno mental, uma vez que o transtorno mental está relacionado a alterações no cérebro e a constantes anomalias. Já a deficiência intelectual apresenta característica peculiar no desenvolvimento de suas atividades no dia a dia, ou seja, o processo de aprendizagem é mais lento do que os tidos como “normais”, e ainda há alguns que se associam a ter menos idade.

De acordo com Sassaki (2005) a expressão deficiência intelectual foi oficialmente utilizada já em 1995, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou em Nova York o simpósio chamado *Intellectual Disability: Programs, Policies, and Planning for the Future* (Deficiência Intelectual: Programas, Políticas e Planejamento para o Futuro).

A pessoa com deficiência intelectual é vista pela sociedade como um indivíduo que vive em um estado de desvantagens em relação às outras pessoas, isso porque o deficiente intelectual não consegue acompanhar o mesmo ritmo de desenvolvimento dos outros sujeitos da sociedade, assim o mesmo, se torna vítima do preconceito no meio social.

A falta de conhecimento gera nas pessoas o preconceito e a discriminação ao deficiente e, conseqüentemente, a exclusão. Para a sociedade a pessoa com deficiência é vista como um peso, uma vez que eles/as consideram que o deficiente não contribui para o desenvolvimento e crescimento da sociedade. Não haverá a inclusão da pessoa com deficiência no meio social se a própria sociedade não for inclusiva, ou seja, necessitamos de uma sociedade democrática onde todos os/as cidadãos/ãs possam participar ativamente no exercício do seu direito.

3. DISCUTINDO A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Ao longo da história da pessoa com deficiência no Brasil ocorreram vários acontecimentos em torno de sua trajetória e a discriminação consecutiva, esteve sempre evidente na sociedade brasileira, conforme Rodrigues (2008). Contudo, as lutas e os movimentos sociais, sempre buscaram modificar estes paradigmas, estando lado a lado dos deficientes, buscando garantias e direitos, a eles direcionados.

Estes indivíduos deficientes, eram segregados por parte da sociedade e ainda por alguns familiares. Esta exclusão era bem evidente, porque o deficiente não tinha acesso à escola, não tinha direito de ir e vir, não participava das decisões na sociedade e nem tinha acesso ao mercado de trabalho, ou seja, eles eram isolados e tidos como sujeitos incapazes.

De acordo com Werneck (2004), os estudos sobre as pessoas com deficiência se iniciaram a partir do Modelo Médico Patológico, este período foi marcante no processo da relação da sociedade com a pessoa com deficiência. Este modelo ficou conhecido no mundo ocidental na década de 60. Representa o enfoque da deficiência como uma experiência do corpo que deve ser “combatida” com tratamentos na área da saúde. A cura completa dessa experiência é encarada como condição ideal para que pessoas com deficiência possam, finalmente, exercer seus direitos.

Em Werneck (2004) o Modelo Médico parte da premissa implícita de que quanto mais perto do bom funcionamento estiverem a visão, a audição, o intelecto e o sistema motor de uma pessoa, mais direitos ela vai adquirindo como cidadã. Ainda segundo este modelo, quanto mais comprometido física, intelectual ou sensorialmente for uma criança, um adolescente ou adulto, menos direitos humanos e constitucionais ele ou ela pode ter e exercer.

O Modelo Médico, descrito por Werneck (2004), buscava a todo custo a normalização do deficiente, pois acreditava-se que a pessoa com deficiência, possuía uma doença e não uma deficiência, e que se recebesse tratamentos apropriados, conseqüentemente se curariam, e viveriam uma vida normal como as das outras pessoas.

Na década de 70, surgiu o Modelo de Integração Social onde se lutava para que o deficiente pudesse levar uma vida normal perante a sociedade. Nesta década também surgiu as Escolas Especiais que eram ambientes educacionais específicos apenas para quem possuía algum tipo de deficiência. Foi a partir deste período que a pessoa com deficiência começou a se integrar em meio à sociedade, conforme Miranda (2003).

Já, de acordo com Júnior (2010) no período dos anos 80 alavancou-se o Modelo de Integração Social através da contribuição dos movimentos de lutas pelos direitos da pessoa

com deficiência. Esta década também foi marcada pela integração do deficiente dentro das escolas regulares, de forma segregativa, ou seja, os/as alunos/as tidos “normais” assistiam aulas em uma sala e os que não eram deficientes em outra, separados. Mas ainda é nessa década que se começa a lutar pela elaboração de documentos que irão fazer com que a pessoa com deficiência seja incluída em todos os âmbitos da sociedade.

Segundo Ferreira e Glat (2003), nos anos 90 surgiu o modelo de Inclusão Social, com o objetivo de garantir que a pessoa com deficiência venha ter os mesmos direitos que qualquer outro indivíduo na sociedade venha a possuir, o mesmo veio para desmistificar o modelo de integração. Foi neste mesmo período que se iniciou o movimento de educação inclusiva, ou seja, a inclusão escolar, e a partir daí houve a junção dos/as alunos/as com deficiência e sem deficiência nas salas das escolas do ensino regular.

Nesse modelo, o deficiente obteve muitos direitos de cidadania constituído, devido a várias leis que foram estabelecidas para eles/as, contudo ainda se faz necessário que essas leis venham a ser cumpridas, para que só assim se consolide o respeito a esses indivíduos. Conceitos e direitos estabelecidos na Lei Nº 7.853, nos Art. 1 inciso 1º, que afirma:

Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito. (BRASIL, 2005)

O Modelo de Inclusão Social perdura até os dias de hoje juntamente com o auxílio do Modelo Social da Deficiência. E, de acordo com Augustin (2012), este último modelo quebrou a questão da desigualdade e colocou a pessoa com deficiência como indivíduo capaz, dono de sua consciência e pertencente à sociedade. Esta, deve se ajustar para atender as necessidades das pessoas com deficiência, porque a deficiência não é só um problema do indivíduo, mas sim da sociedade em geral. Para o modelo social o problema também está na estrutura social, na falta de interesse da pessoa em interagir com o deficiente.

Podemos verificar a garantia destes direitos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que é o Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. No Artigo 3, os princípios gerais da presente Convenção são:

- a) O respeito pela dignidade inerente, à autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.⁷

Com isto o modelo social é um projeto de igualdade tendo como principal objetivo a independência do deficiente, mas para que isso aconteça é necessário quebrar as barreiras sociais e aceitar os mesmos da maneira que eles são, respeitando os seus direitos e adaptando a sociedade para eliminar as barreiras existentes à sua inclusão.

Desde o início das abordagens e discussões referentes às pessoas com deficiências, surgiram vários estudos questionando a capacidade, o desenvolvimento, a interação no meio social. Porém, no decorrer dos anos houveram avanços notórios na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, contudo ainda existe muita luta em torno da pessoa com deficiência, principalmente a quebra das barreiras da discriminação que são muito evidentes.

No que diz respeito aos direitos relacionados a situação da educação no Brasil para a pessoa com deficiência, hoje em dia, se encontra estável, porém, não foi sempre assim. O processo e educação para esses sujeitos, ou seja, a Educação Especial, é marcada por toda uma trajetória com fortes critérios de exclusão.

Nos dias de hoje a educação brasileira se encontra no processo de inclusão, porém isso não se constituiu de forma simples, foi através de debates e discussões em torno das necessidades educacionais da pessoa com deficiência. Percebeu-se a importância da inclusão destas pessoas no ambiente escolar. O processo e escolarização do deficiente se iniciou com a fase de integração escolar, até chegar o movimento de inclusão no âmbito escolar o qual vigora até os dias de hoje.

Ao descrever sobre o processo de escolarização do deficiente, é possível perceber que, a partir de 1970, em decorrência dos movimentos nacionais e internacionais a favor da

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acessado em: 21/11/2015

integração da pessoa com deficiência na sociedade, que questionavam as práticas sociais e escolares de segregação e reivindicavam o direito a ter acesso aos bens sociais comuns e das Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁸ (1971), tem início o processo de “integração escolar em nosso país, cujo objetivo era oferecer um ambiente escolar de convívio o menos restritivo possível à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais”, conforme Moura (2009).

O Moura (2009) afirma que:

“No Brasil, o movimento de integração assumiu características específicas, marcadas, essencialmente, pela ampliação das classes especiais, onde as crianças com deficiência frequentavam as escolas, porém em classes separadas. Assim a possibilidade de integração se restringia à capacidade de as pessoas com deficiência superar as barreiras físicas, arquitetônicas, pragmáticas e de atitudes da sociedade”. (MOURA, 2009, apud, SASSAKI, 1997, p.12)

Contudo, mesmo o aluno estando inserido na escola regular, ele foi obrigado a se adaptar a escola, pois a mesma não oferecia condições adequadas em sua estrutura física e pedagógica para atender a este aluno.

Na integração escolar, nem todos os alunos com deficiência podem fazer parte do sistema, pois existe seleção dos alunos que estão prontos para integração. Os/as alunos/as com deficiência necessitam antes ser “preparados” para convivência social, senão não serão aceitos pela escola comum, de acordo com Moura (2009).

A educação inclusiva começa de fato a conquistar espaços no final da década de 80, quando os/as alunos/as com necessidades especiais puderam passar a frequentar as classes regulares. “Nesse processo, os deficientes mentais foram os últimos a ter esse direito e ainda hoje devido a um modelo de eficiência socialmente e historicamente construído, ocupam um lugar de discórdias em relação à inclusão” segundo Gomes (2009, p.34)

E de acordo com Shimon (2008, p.25), “na década de 90 começa-se falar de escola inclusiva, empresa inclusiva, procurando compreender a deficiência como um conceito social e construir o modelo da sociedade inclusiva”. Sendo assim esse período é tido como um marco histórico para o deficiente, pois foi nela que se começa a efetivar a inclusão da pessoa com deficiência em todos os âmbitos da sociedade.

⁸ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acessado em: 06/12/2015

Segundo Celedón (2006):

A inclusão é incompatível com a integração, visto que, ela defende os direitos de todos, a frequentarem as salas de aula de ensino regular. Não se trata apenas de todos frequentarem a mesma escola, e sim, de frequentarem as mesmas salas de aula. Todos os alunos juntos, independente das suas necessidades ou particularidades. Então, a escola inclusiva é aquela que tem salas de aulas inclusivas, e mais, bibliotecas inclusivas, banheiros inclusivos, acessos inclusivos, projeto pedagógico inclusivo, e, principalmente, alunos e professores inclusivos.⁹

A inclusão hoje é assumida como um novo paradigma social e educacional que visa resgatar o sentido original do termo integração, defendendo uma sociedade mais justa e mais democrática, livre das práticas discriminatórias e segregacionistas que marcaram negativamente a história da humanidade, sendo construída num outro contexto cultural, político e ideológico, que é o atual, conforme Luppi (2010 apud OLIVEIRA e MARQUES, 2003)

Estes paradigmas que serão expostos a seguir estão garantidos e assegurados nas leis, declarações, convenções, documentos e outros, os mesmos têm o intuito de resguardar o direito à educação de qualidade para todos os indivíduos que apresentem necessidades educativas especiais. É possível perceber este marco histórico através da Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 205, diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹⁰

A Declaração de Salamanca de 1994 que descreve em seu Art. 2 que:

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, [...].¹¹

⁹ Disponível em: <<http://luchoagustin.tripod.com/inclusao.htm>>. Acessado em: 21/11/2015

¹⁰ Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-205>>. Acessado em: 21/11/2015

¹¹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em: 21/10/2015

Na LDB de 1996, fala em seu Art. 4º, em seus incisos I, II, e III, que afirma:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;¹²

E, ainda, no Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 que cita no seu Artigo 24, inciso 1, que:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis [...].¹³

Estas legislações asseguram a educação na esfera nacional brasileira, como sendo obrigatória para todos os indivíduos da sociedade, pois é através da educação que adquire-se o conhecimento e formação para se tornar um ser crítico analítico e formador de suas opiniões e decisões.

Com estas leis consolidadas ainda se observou a necessidade de se criar um atendimento especializado de apoio e suporte para aquele/a que necessite de recursos diferenciados para adquirir a aprendizagem. A partir desta necessidade surgiu a modalidade de ensino Educação especial.

A Educação Especial se tornou de extrema importância para a educação brasileira, porque a mesma deve trabalhar as diferenças particulares de cada aluno/a. Assim, a LDB de 1996 traz uma definição para a Educação Especial em seu CAPÍTULO V, no Art. 58º, a seguinte afirmação:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.¹⁴

Porém, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva¹⁵, trouxe uma mudança nesta modalidade de ensino, hoje além de atender os/as

¹² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 21/10/2015

¹³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acessado em: 21/11/2015

¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 21/10/2015

alunos/as com deficiência, ela também tem que dá suporte a outros tipos de alunos/as que apresentem algum tipo de dificuldade para poder desencadear o processo de aprendizagem.

Para Luppi a educação especial designa-se como:

...uma modalidade da educação escolar definida em uma proposta pedagógica que assegura um conjunto de recursos, apoios e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.(LUPPI, 2010, apud, FONSECA, 1995, p. 30)

A partir disso, pode-se concluir que a Educação Especial é uma abordagem voltada para as pessoas que precisam ter um atendimento especializado e específico para sua necessidade, os diversos recursos especializados incluem a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para assegurar este atendimento, a Constituição de (1988) especifica em seu inciso III, artigo 208, a garantia de: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.¹⁶

A sala de AEE destina o atendimento a acompanhar o desenvolvimento do/a aluno/a utilizando recursos pedagógicos que abrange a participação dos/as alunos/as de forma inclusiva, integrada e participativa. O atendimento de AEE ocorre em salas multifuncionais, em horário oposto ao que o/a aluno/a está em sala de aula no ensino regular.

Na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), as pessoas com deficiência podem ter o acesso, pois está garantida na LDB 9.394/96, no seu capítulo II, seção V, Art.37 diz que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Assim essa lei destinasse a todos os jovens e adultos, que por algum motivo tiveram de se afastar dos seus estudos, e agora pretendem voltar a exercer o seu direito de estudar, mesmo que já tem passado da idade estabelecida pelo sistema escolar.¹⁷

¹⁵ Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acessado em: 21/10/2015

¹⁶ Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-205>>. Acessado em: 21/11/2015

¹⁷ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 21/11/2015

O analfabetismo de jovens e adultos é uma deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural, de acordo com Gadotti, quando afirma que:

Há ainda um agravante neste caso muitos programas de alfabetização ainda não atendem às necessidades específicas de cada segmento da população: indígenas, negros, mulheres, deficientes, campo, etc., não levando em conta as culturas e as linguagens locais. (GADOTTI, 2011, p19)

Na EJA, não se faz necessário que ela apenas garanta a volta aos estudos de jovens e adultos, mas também que atenda a especificidade de cada aluno, ou seja, que trabalhe de forma correta as necessidades educacionais de cada sujeito.

Referente à inserção da pessoa com deficiência no ensino superior, segundo dados do Censo Demográfico de 2010¹⁸, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população brasileira corresponde a 190.732.694 pessoas com, aproximadamente, 45.606.048 pessoas com deficiência. Diante disto o Censo da Educação Superior MEC/INEP, onde o mais recente é o de 2013, mostra que tinham, neste ano, 22.455 matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, 16.790 nas Instituições Privadas de Ensino Superior e 4.437 nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Conforme Moreira, et al, (2006, apud Rama, 2006), “ao apontar a situação das pessoas portadoras de deficiência no ensino superior, sinaliza que a educação superior mostra um sensível atraso, tanto na formulação dos marcos normativos, quanto nas práticas sociais inclusivas”. A educação superior para a pessoa com deficiência, ainda é uma barreira no processo de inclusão desses sujeitos, pois poucos são os que conseguem adentrar esse meio, e os que alcançam, em alguns casos não podem prosseguir, devido à falta de estrutura adequada, tanto no aspecto metodológico como no aspecto físico, para receber esses indivíduos.

Já, segundo Duarte, et al, (2013):

O desafio da inclusão no ensino superior passa por decisões que extrapolam os muros das universidades públicas. É preciso considerar que a universidade pública brasileira não pode ser tomada como a única responsável por este processo, mas como parte integrante da implementação de políticas públicas que garantam apoio financeiro às ações e iniciativas neste contexto. (DUARTE, et al, 2013, p. 292)

Com todos estes recursos apresentados denota-se que a escola tem avançado, mas a mesma precisa ir mais além, para que ocorra de forma definitiva a inclusão escolar. Infelizmente, ainda não chegamos a uma educação igualitária apesar de termos muitas leis, pois não se faz necessária apenas as leis, é fundamental que todos que façam parte da

¹⁸ Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acessado em: 21/11/2015

comunidade escolar contribuam para a construção da inclusão da pessoa com deficiência no âmbito educacional.

A Declaração de Salamanca de 1994 refere-se a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, com o objetivo de quebrar as barreiras discriminatórias e integrar a criança nos meios escolar e social, a mesma é um documento crucial para a consolidação da educação inclusiva, pois ela veio para englobar não mais apenas o deficiente na educação especial, mas sim todo/a e qualquer aluno/a que apresente algum tipo de dificuldade em seu processo de formação escolar.

Na escola inclusiva não há mais a divisão entre ensino especial e ensino regular; o ensino é um e o mesmo para todos/as, respeitando as particularidades, as diferenças. Trata-se de um ensino participativo, solidário e acolhedor. Formas mais solidárias e plurais de convivência. Uma educação global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as particularidades (diferenças) de cada um, conforme Luppi (2010).

Neste sentido, a escola tem o papel de educar a todos sem que ocorra discriminação, isto não é tarefa fácil, mas a mesma precisa desenvolver cidadãos que saibam valorizar e respeitar todas as diversidades que se apresentem no ambiente escolar ou social. O que se espera da escola inclusiva é que ela não tão somente faça a matrícula do/a aluno/a e o deposite em sala de aula, mas que trabalhe junto aos alunos/as práticas pedagógicas eficazes.

No âmbito escolar, a educação inclusiva valoriza a diversidade como condição humana e afirma que a escolarização de todos os/as alunos/as deve ocorrer em um ambiente escolar comum, sem restrições de nenhuma ordem. As escolas, nesse paradigma, se organizam de modo que todos os/as alunos/as sejam atendidos, e se estruturam de acordo com a necessidade de cada aluno/a, de acordo com Moura (2009).

Assim, a escola tem o papel fundamental para desmistificar a discriminação que rodeia a pessoa com deficiência, e através da escola inclusiva que trabalha com a diversidade, mostrará ao restante da sociedade que todas as pessoas podem viver bem respeitando as diferenças e não olhando mais para o outro como sujeito inválido e sim como indivíduo que tem capacidade de se desenvolver na sociedade.

Uma vez que o processo de inclusão para a pessoa com deficiência se torna complicado, para o deficiente intelectual se torna ainda mais difícil, devido à resistência por partes dos/as professores/as, que veem o/a aluno/a que possui esta deficiência com comportamentos agressivos e acreditam que a deficiência impedirá o seu processo de aprendizagem.

Porém, por meio de práticas educacionais, percebe-se que o/a aluno/a com deficiência intelectual consegue desenvolver, ainda que dentro de um tempo diferenciado, várias atividades. Isso, através de estímulos com métodos pedagógicos bem elaborados e no convívio com os outros, de acordo com BATISTA (2006).

A inclusão é uma das principais fontes para que a sociedade venha se modificar e quebrar as barreiras da discriminação e do preconceito e assim a pessoa com deficiência poderá exercer definitivamente o seu direito de cidadania e obter o devido respeito por todos/as da sociedade.

Conforme descrito nos parágrafos anteriores, no Brasil há diversas leis e decretos importantes para a consolidação de direitos para a pessoa com deficiência. Essas leis e decretos, constituem documentos muito importante para garantir a inclusão e a socialização da pessoa com deficiência, porém é necessário que venham para a prática, de fato, e sejam cumpridas em seus mais diversos âmbitos sociais.

Sendo assim, existem alguns componentes que são fundamentais para que a pessoa com deficiência possa constatar a sua inclusão na sociedade como: o direito de ir e vir, uma escolarização de qualidade e participação efetiva no mercado de trabalho, dentre outros. Esses argumentos são pontos chaves para que a pessoa com deficiência se veja um indivíduo participativo e incluído no meio social.

4. O MERCADO DE TRABALHO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência só estão inseridas hoje no mercado de trabalho, devido aos acontecimentos ocorridos na Europa depois da Primeira Guerra Mundial, onde através dos embates, vários soldados ficaram impossibilitados de exercer suas atividades, ou seja, adquiriu alguma deficiência, contudo surgiu a necessidade de inseri-los novamente no mercado de trabalho. A partir daí começa a trajetória da integração da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

A fase denominada como exclusão caracteriza-se por nenhum acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, assim como no meio educacional. SASSAKI (2004) descreve que:

E empregar pessoas com deficiência era tido como uma forma de exploração que deveria ser condenada por lei. Tais crenças eram resultantes não só da ideologia protecionista em relação a pessoas com deficiência, mas também do fato de que a medicina, a tecnologia e as ciências sociais ainda não haviam descoberto as possibilidades laborativas das pessoas com deficiência. (SASSAKI, 1986, p. 17)

Com isso a deficiência era vista como um impedimento, para exercer qualquer tipo de trabalho. Uma fase em que predominava-se apenas na visão das limitações da pessoa, não observando seus potenciais em diversas áreas. Além, dos avanços da ciência que não eram satisfatórios para apresentar as possibilidades de que, tais pessoas com deficiência poderia exercer alguma funções sociais, existiam ainda, o preconceito e a cultura dos mesmos crescerem à margem da sociedade.

De acordo com Oliveira (2011), na segunda fase intitulada segregação, as pessoas com deficiência passaram a desempenhar algum tipo de trabalho, não podendo ser considerado um emprego, e este sendo desempenhado dentro de instituições filantrópicas ou em seus próprios domicílios. Nesse período as empresas começaram a ver o deficiente como um indivíduo que poderia produzir e daria menos gastos às empresas, porque seria uma mão de obra de menos custo e não teria qualquer vínculo trabalhista com os mesmos.

Na fase de integração, categorias diversas de trabalho foram disponibilizadas às pessoas com deficiência, porém, nessa fase, acontece a adaptação do deficiente sem que a empresa sofra qualquer alteração, ou seja, a condição de deficiente é elucidada como pertinente apenas ao indivíduo, ficando a sociedade fora dessa responsabilidade para com ele, afirma Oliveira (2011). Essa etapa é o momento em que o trabalhador com deficiência consegue adentrar no mercado de trabalho de forma adequada, porém o mesmo terá que se desenvolver dentro da empresa individualmente, sem recursos ou métodos diferenciados.

Depois do mercado de trabalho, depois da pessoa com deficiência ter passado por todas essas etapas, se depara com uma das fases mais importantes, que é a da inclusão, que de acordo com Oliveira, é a fase que:

Surge com o objetivo de adequação da sociedade às necessidades de seus membros, para que possam exercer plenamente seu direito à cidadania. Especificando para o mercado de trabalho, entendemos que incluir uma pessoa com deficiência é poder oportunizar uma vaga para um profissional também capaz de exercer as tarefas estabelecidas, respeitando-se os limites e a condição de cada um. Na inclusão, não se pode confundir limitações que decorrem de alguma deficiência com sua incapacidade social, afetiva ou profissional. (OLIVEIRA, 2011, p.23)

Diante disto, esta fase corresponde a melhores condições de trabalho para a pessoa com deficiência, pois a empresa deve adaptar toda sua estrutura para receber a mesma, como também respeitar o momento de adaptação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Apesar de estarmos nessa fase de inclusão, infelizmente algumas empresas ainda insistem em permanecer na fase da integração, uma vez que não se dispõem a sair de sua zona de conforto, ou seja, preferem que o deficiente se adapte ao local de trabalho, uma vez que não pretendem ter mais custos com os seus funcionários.

Hoje o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho está assegurado em algumas leis específicas que garantem o direito ao trabalho para o deficiente. A Lei N° 8.112, de 11 de dezembro de 1990 em seu Artigo 5º, inciso 2, dispõe que:

As pessoas portadoras de deficiência são asseguradas o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.¹⁹

Igualmente a Lei N°8.112, a Organização Nacional do Trabalho (OIT), aprova o direito do trabalho ao deficiente, quando cita na Convenção N°159 de 18 de maio de 1991, no Art. 3 que:

Essa política deverá ter por finalidade assegurar que existam medidas adequadas de reabilitação profissional ao alcance de todas as categorias de pessoas deficientes e promover oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência no mercado regular de trabalho.²⁰

A Lei de número 8213/91 de 24/07/91 que trata da instituição de políticas de cotas no mercado de trabalho, especifica em seu Artigo 93 que:

¹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>. Acessado em: 21/11/2015

²⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm>. Acessado em: 21/11/2015

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados, 2%; II - de 201 a 500, 3%; III - de 501 a 1.000, 4%; IV - de 1.001 em diante, 5%.²¹

Esta lei apresenta-se como sendo a primeira com objetivo de incluir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho, pois a mesma obriga as empresas a inserirem estes deficientes no seu quadro de funcionários. A fim de reforçar esta lei, há o Decreto 3.298 de 1999, que foi constituído pelo ministério do trabalho com intuito de fiscalizar as empresas para verificar se está ocorrendo o cumprimento da lei de Cotas, caso não esteja, será aplicado à empresa multas pelo não cumprimento desta norma, onde a empresa terá 120 (cento e vinte) dias para a regularização da empresa.

A Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, em seu Artigo 8º, inciso III, dispõe que constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa se “negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho”.²²

Foi através das Leis que a pessoa com deficiência percebeu seu espaço no mercado de trabalho, porém apesar de estas leis existirem e serem evidentes ainda perpetua várias barreiras discriminatórias para com o deficiente. A sociedade, por sua vez, ainda possui a falta de conhecimento para lidar com a pessoa com deficiência, muitas pessoas agregam a deficiência a falta de eficiência, com isto constituem conceitos negativos a este termo, gerando assim, a discriminação que nasce das ações negativas.

Conforme Garcia (2011), as discriminações surgem porque a sociedade já instituiu nos cidadãos que pessoas que apresentem anormalidades ou deformações são deficientes. Além disso, existem vários outros pontos que dificultam o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, tendo como o principal deles a falta de qualificação profissional que advém da má qualidade em sua formação escolar.

Existem vários pontos que dificultam o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, tendo como o principal deles a falta de qualificação profissional que advém da má qualidade em sua formação escolar. As escolas, assim como já relatamos nesta pesquisa, sempre permaneceu vulnerável na formação dos indivíduos, esta educação de nível baixo se reflete quando o deficiente vai em busca de trabalho, pois as empresas exigem qualificação, e na maioria das vezes as escolas não ensinam nem o básico para que o deficiente possa se situar na sociedade.

²¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acessado em: 30/11/2015

²² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acessado em: 30/11/2015

As empresas priorizam em suas contratações os deficientes que tenham Ensino Médio e possuam deficiência leve, onde na opinião do contratante sua atuação debilitada não venha prejudicar no crescimento da empresa, baseado nisto eles/as tentam driblar as fiscalizações inserindo pessoas com o nível mínimo de deficiência, e para os que possuem deficiência severa as chances são quase zero, são irrelevantes. Dessa forma, as oportunidades dos deficientes de adentrar no mercado de trabalho são bastante remotas.

Quando a pessoa com deficiência consegue entrar no mercado de trabalho, ela se sente pertencente à sociedade, pois ela se vê como um indivíduo produtivo e participativo no processo de desenvolvimento da sociedade. E, de acordo com Matos (2009, p.13) “o trabalho exerce efeito reabilitador, contribuindo para uma rotina diária semelhante à de outras pessoas consideradas “normais”, expandido as perspectivas de vida e os relacionamentos sociais”.

E, conforme os autores Oliveira, Araújo e Magnoli:

Vemos, assim, mesmo em meio às ambiguidades, o trabalho/emprego possibilita à pessoa com deficiência uma nova posição social, uma ampliação de seu campo relacional, um espaço de valoração simbólica, inclusive através do salário, com influência crucial em sua reificação subjetiva. (OLIVEIRA, ARAUJO & ROMAGNOLI, 2006, pag.83)

De acordo com Silva:

O trabalho tem função primordial na vida de todas as pessoas e não é apenas com as pessoas com deficiência intelectual. No entanto, frequentemente, são negadas a essas pessoas oportunidades de trabalho, chances para que possam desenvolver suas capacidades, habilidades e potencialidades. (SILVA, 2009, p. 27)

Percebe-se, então o grau de importância na vida da pessoa com deficiência, a inserção da mesma no mercado de trabalho, em um ambiente adequado. Não podemos considerá-las diferentes pelo fato de existir a deficiência, elas sentem a necessidade de se ver aceita na sociedade, crescer e desenvolver seu papel e sua função social, obtendo os seus direitos igualmente como os outros. O trabalho, permitirá a pessoa se ver útil para si e para os outros, valorizando a integração e a sua participação em casa, com os amigos e no ambiente de trabalho, permitindo ampliar suas perspectivas e visão da sociedade.

Outro fator preponderante para o desestímulo do deficiente ao mercado de trabalho, diz respeito a falta de acessibilidade na locomoção, ou seja, eles/as se deparam com inúmeras dificuldades nas ruas, nos meios de transportes, que em sua grande maioria não são acessíveis para dar o suporte necessário. A Lei de Nº 10. 098/2000 traz em seu Art. 1º que:

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.²³

Há também a intervenção por parte da família que desenvolve perante o deficiente uma superproteção, esta superproteção ocorre porque os pais temem a indefesa dos filhos diante dessa sociedade excludente. Alguns pais não aceitam que seus filhos trabalhem, pois acreditam que eles serão vistos e tratados com olhar diferenciado e preconceituoso, ou seja, eles receiam que seus/suas filhos/as sejam mal tratados pelas outras pessoas que convivem nestes ambientes.

Outro ponto de suma importância é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que está garantido na Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que traz no Artigo 20 que:

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.²⁴

Este benefício, é uma contribuição que facilita, até certo ponto, a vida do deficiente. Pois, em alguns casos torna-se indesejado pelas pessoas com deficiência, pelo fato delas buscarem ter sua individualidade e adentrar ao mercado de trabalho, para participar do desenvolvimento da sociedade rebuscando sua autonomia.

A família questiona a decisão do deficiente de entrar no mercado de trabalho porque, ao ser inserido no mercado, ele automaticamente tem seu benefício suspenso, no momento em que ele estiver trabalhando, e a família teme que uma vez que ele não esteja mais trabalhando, perca definitivamente ou tenha dificuldade de recuperar este benefício.

De acordo com Santos (2013, apud, Gurgel) essa lei cria um paradoxo, pois para a pessoa com deficiência ter direito ao benefício, além da deficiência que possui, ela precisa também provar que é incapaz de ter uma vida independente e para o trabalho, impedindo-o de

²³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acessado em: 30/11/2015

²⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acessado em: 30/11/2015

optar pelo trabalho como forma de cidadania, já que muitos, ao receber esse benefício, argumentam que não tem pretensão em trocá-los por um mercado de trabalho incerto.

Sobre o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), Silva afirma que:

O recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) atua, em muitos casos, como um elemento limitador de pretensões profissionais, uma vez que facilita a opção para o mercado de trabalho informal como complementação de renda. (SILVA, 2009, p. 26).

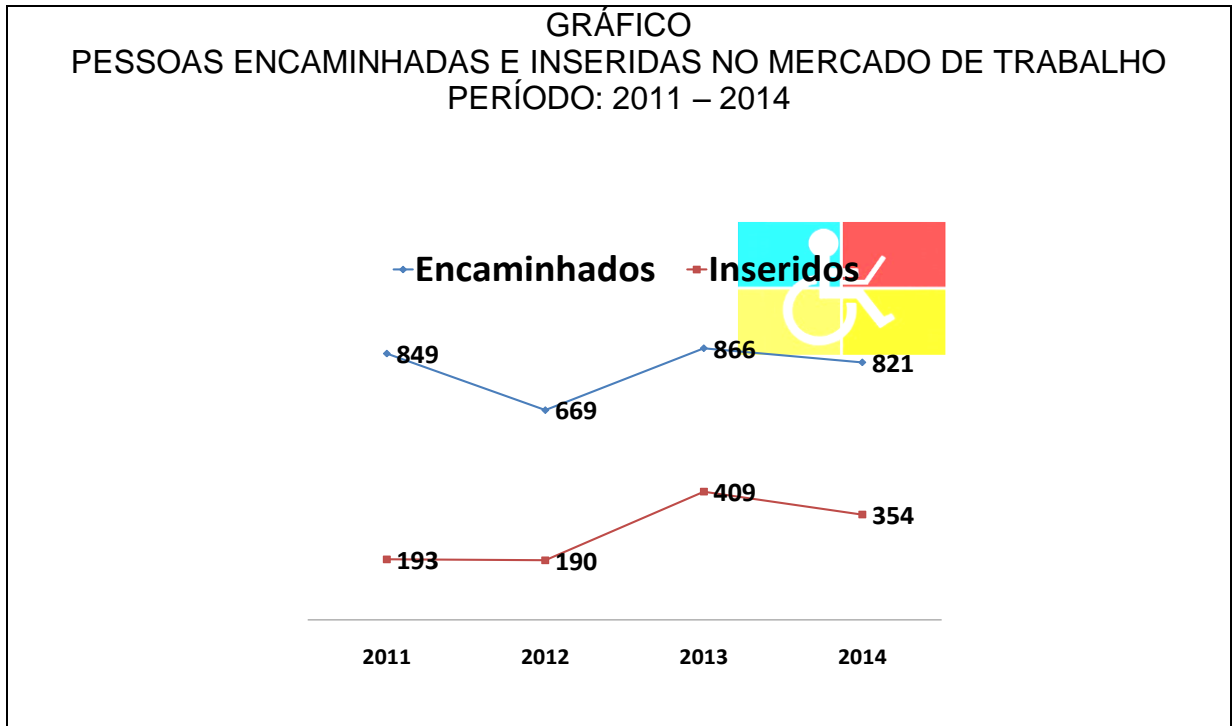
Por outro lado, quando a pessoa com deficiência deseja ser inserida no mercado de trabalho, e deixar de receber o Benefício de Prestação Continuada, há instituições que auxiliam nesse processo, fazendo a intermediação entre o deficiente e as empresas. Neste sentido, fomos visitar instituições que cumprem esse papel, a ASDEF e FUNAD, localizadas no Estado da Paraíba no Município de João Pessoa, de avaliar, preparar e designar a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho.

Na instituição ASDEF, que é uma instituição de cunho filantrópico, quem coordena todos os processos para o encaminhamento do deficiente para o mercado de trabalho é a psicóloga, ela nos recebeu e passou algumas informações básicas, e nos informou que “ a partir do momento em que a empresa envia uma solicitação, para preencher a determinada vaga, ela analisa qual a função e designa uma pessoa que corresponda os critérios designados para esta função, e ainda a ASDEF, além de encaminhar o deficiente para o mercado de trabalho ela acompanha o deficiente depois que ele estiver inserido. De que forma? Sempre que possível, sem data marcada, algum representante por parte da instituição vai a empresa e verifica como está sendo a rotina daquele sujeito, com a intenção de resguardar o mesmo, ela examina se estão lhe oferecendo condições apropriadas para o próprio exercer o seu trabalho.

Na FUNAD, a outra instituição visitada, faz um trabalho parecido com o da ASDEF. A diferença é que por ser um órgão público do estado, tem a permissão de designar laudos ao deficiente. Laudos que são necessários para o deficiente constatar sua deficiência documentalmente.

A FUNAD ainda, sempre que possível oferece seminários, palestras e formação direcionado referente a pessoa com deficiência em todos os aspectos sociais. Ela nos disponibilizou um gráfico que será apresentado a seguir:

Gráfico 1: Pessoas Encaminhadas e Inseridas no Mercado de Trabalho Período: 2011 – 2014



Este gráfico refere-se a encaminhamentos e inserção de pessoas com deficiências, direcionados pela FUNAD, entre os anos de 2011 à 2014, nele podemos perceber que há uma grande quantidade de encaminhamentos para o mercado de trabalho, porém observamos que menos da metade desses percentuais conseguem se inserir.

Diante disto podemos perceber que o processo de inclusão do deficiente no mercado de trabalho ainda não se concretizou efetivamente, pois como podemos ver muitos são os sujeitos que são encaminhados para preencher o quadro de vagas das empresas, mas poucos são os que conseguem adentrar ao mercado de trabalho.

Conforme Matos:

Uma empresa inclusiva é, então, aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais na prática administrativa, implementa adaptações no ambiente físico, adapta procedimento e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão inclusiva. (MATOS, 2009, apud, SASSAKI, 1997, p. 65)

Silva ainda afirma que:

Em uma empresa inclusiva, os empregados com ou sem atributos individuais trabalham juntos. A contratação das pessoas com deficiência não é vista como uma obrigação legal, mas um compromisso de toda a empresa e um dos itens de sua política de responsabilidade social. (SILVA, 2009, apud, SASSAKI, 2000, p.28)

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, garante o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, porém não assegura sua estabilidade e se irá ocorrer a inclusão social com os demais. Hoje em dia o indivíduo é valorizado pela sociedade através de sua capacidade de produção, ou seja, através das atividades laborais, e quando ele/ela não está no mercado de trabalho é designado de incompetente. E isso traz uma frustração e constrangimento pois a pessoa com deficiência acaba se sentindo inapta, porque não consegue um emprego formal.

5. EMPODERAMENTO

Quando a pessoa com deficiência passa a ter conhecimento de seus direitos e deveres, ela começa a atuar de forma consciente em suas ações, opiniões e decisões, ao ir em busca de suas conquistas tais como: escolarização, trabalho e atendimentos especializados, elas estão notando os seus direitos exercidos e essa consciência se desenvolve por meio do empoderamento. O que vem a ser este conceito?

O empoderamento surgiu nos anos 80 pelos movimentos de grupos sociais desfavorecidos tais como: mulheres, negros, deficientes, ou seja, pessoas que vivem à margem da sociedade, então o mesmo surge quando esse grupo se une e luta pelos mesmos objetivos. Nesse sentido, Rodrigo Horochovski afirma que:

Empoderar é fazer com que indivíduos, organizações e comunidades ampliem recursos que lhes permitam ter voz, influência e capacidade de ação e decisão, notadamente nos temas que afetam suas vidas, em diversas esferas, de maneira formal ou informal. (HOROCHOVSKI, 2006, p.9)

Diante disto o objetivo do empoderamento é fazer com que os indivíduos se desenvolvam na sociedade, em uma perspectiva de obter conhecimentos sobre seus direitos perante o meio social.

De acordo com Baquero (2001) a proposta do empoderamento tem raízes nas lutas pelos direitos civis, principalmente no movimento feminista e passa a significar o processo pelo qual as mulheres vão tomando poder interior para tomar decisões próprias.

Conforme Horochovski e Meirelles:

O termo empoderamento, com a conotação política emancipatória aqui assumida, foi ouvido pela primeira vez no início dos anos 1970, ainda no original inglês *empowerment*, tendo como seus emissores principais movimentos feministas e negros. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p. 487)

Os mesmos autores, Horochovski e Meirelles, ainda afirmam que:

Numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p. 486)

O termo empoderamento é destinado a grupos sociais desfavorecidos que sofrem preconceito e discriminação, assim esse grupo é colocado à margem da sociedade e não

consegue lutar pelos seus direitos. Silva (1997) todos os grupos sociais que não correspondem às diversas dimensões das normas são definidos e construídos como inferiores e desviantes.

Nos autores Horochovski e Meirelles, é possível verificar que:

A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas -política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p. 486)

A proposta de ideia do empoderamento é a luta de direitos igualitários para todos independentes de raça, cor, deficiência e situação econômica. O empoderamento também se refere ao direito de viver livremente sem ser discriminado. Assim sendo: ter o direito de ser homossexual, deficiente, mulher entre outros. São, entretanto, todos eles, igualmente vítimas de processos de exclusão, estigmatização, subjugação (SILVA,1997).

O empoderamento profere a respeito da capacidade de decisão sobre determinadas questões que envolvem os sujeitos ou grupos, ou seja, o poder de decisão dele, o mesmo vem com o intuito de combater a exclusão dos indivíduos que vivem discriminados pela sociedade. Já o empoderamento dos grupos de menor status socioeconômico, conforme Horochovski e Meirelles (2007, p.15) “tem relação direta com uma redistribuição mais igualitária dos recursos do poder no sentido de reduzir a distância que separa os mais fracos dos estratos hegemônicos”.

Então quando se conseguir empoderar a sociedade, os indivíduos terão a mesma relação de poder, se tornando um sujeito a fazer e obter suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas. Um meio de a pessoa obter o empoderamento é através do trabalho. Vasconcelos (2010) descreve:

...o trabalho pode ser um meio da pessoa com deficiência desenvolver um sentimento de “pertencimento” à sociedade, aumentando sua autoestima e sua segurança no enfrentamento das barreiras sociais.²⁵

A pessoa com deficiência tem a possibilidade de, através da laboridade, desenvolver o empoderamento, adquirir autonomia e se sentir um sujeito pertencente a sociedade, pois através do empoderamento ele quebra os laços de dependência que se constituiu com outras

²⁵ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000100006&script=sci_arttext>. Acessado em: 30/11/2015

peças e ultrapassa as barreiras sociais e, conseqüentemente, exerce sua liberdade constitucional. Assim, Dantas (2011) afirma que:

O empoderamento constitui um processo de desenvolvimento de potencialidades individuais, visando tornar a pessoa capaz de direcionar a sua vida de acordo com seus sonhos e desejos. O conceito de empoderamento introduz uma importante compreensão para a promoção da democracia e atenuação da vulnerabilidade de pessoas com deficiência, pois oportuniza o fortalecimento delas enquanto seres humanos que conhecem o valor que tem. (DANTAS, 2011, p.11)

Então, quando o indivíduo consegue se empoderar, sua mente se abre e se transforma, e assim ele toma consciência de seus direitos e vai em busca deles e não mais deixa que ninguém o discrimine.

6. PERCURSO METODOLÓGICO

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda é muito restrita, pois mesmo com a obtenção das leis que a regem, as empresas acreditam que esses/as profissionais são menos produtivos/as e causam mais despesas para as mesmas devido à questão da acessibilidade.

De acordo com os autores Viana, Camino e Larrain:

... apesar das conquistas legais, as ideias contraídas historicamente acerca dessas pessoas constituem-se em forte estigma que determina que sejam vistas como incapazes e inválidas, independentemente das potencialidades e capacidades que efetivamente possuam, comprometendo seu aproveitamento como força de trabalho. (VIANA, CAMINO E LARRAIN, 2008, p. 78, apud, MARQUES, 1998)

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais na UFPB e constituiu como campo de estudo o Projeto de Extensão Universitária “Empoderar Para Crescer” (UFPB). O estudo procurou responder a seguinte problemática: *Como o trabalho contribui para o processo de empoderamento e participação social dos jovens com deficiência intelectual?*

Essa pesquisa é de cunho qualitativo, por meio de entrevista semiestruturada e registros de observações feitos no ambiente de trabalho. Para Minayo, et al, (2012), a observação e a entrevista, constituem-se os dois instrumentos utilizados para realizar o trabalho de campo, embora haja outros. Minayo, et al, (2012), ainda descreve que na observação pode-se ver e captar tudo aquilo que não é dito mas, ressalta que a postura do observado deve ser atento e persistente. No caso da entrevista, a matéria-prima é a fala de determinados interlocutores.

A pesquisa qualitativa tem caráter exploratório, porque busca estimular o sujeito a se expressar livremente, pois se faz imprescindível um intercâmbio entre o pesquisador e os indivíduos pesquisados. Segundo GONZÁLEZ-REY (2005) as discussões formadas e estabelecidas gradativamente com interação, permite ao pesquisador: apreciar e se aprofundar-se da realidade do participante, entender seus problemas, inquietações, perspectivas, anseios e necessidades, fazendo com que o mesmo organize e explane sobre as informações contidas no diálogo levando-o à uma cooparticipação.

De acordo com Alami (2010) a prática da pesquisa qualitativa requer qualidade de improvisação. De fato, a abordagem é indutiva, ou seja, ela tenta explorar a realidade sem hipóteses iniciais imponentes, mas apenas com um tema de pesquisa, e sem pressupostos sobre os resultados.

6.1.Contexto da pesquisa

Esta pesquisa teve como campo de estudo o Projeto de Extensão Universitária, “Empoderar para Crescer” realizado na UFPB na cidade de João Pessoa/PB. Esse campo foi escolhido por desenvolver um trabalho voltado para jovens com deficiência intelectual, com o intuito de direcioná-los para obtenção da sua autonomia e desenvolvimento de habilidades laborais, que conforme que conforme o Anexo 1, é possível conhecer a justificativa do Projeto.

6.2.Participantes da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram dois jovens com deficiência intelectual, ambos do sexo masculino, os mesmos residem na cidade de João Pessoa, porém nesse projeto existem seis jovens todos com deficiência intelectual, mas escolhemos apenas dois devido ao desenvolvimento deles no projeto, o que despertou em nós o desejo de escolha para o estudo. Participaram também os responsáveis pelos jovens (as mães) e uma das Coordenadoras do Projeto de Extensão, pois este projeto possui quatro coordenadores, sendo três mulheres e um homem, mas a entrevista só foi realizada com um deles. Os responsáveis pelos jovens e a coordenadora do projeto foram solicitados nas entrevistas para nos fornecer mais dados acerca do Projeto e dos sujeitos participantes da pesquisa.

A nossa aproximação com esses jovens se deu através da (nossa orientadora) professora Dr.^a Taísa Caldas Dantas, que além de ser nossa professora do curso de Pedagogia é também uma das coordenadoras do Projeto de Extensão. A mesma nos apresentou o projeto, surgindo assim o interesse em fazer parte do mesmo e trabalhar com esses jovens como monitoras deles/as. Após o envolvimento grande e prazeroso, decidimos realizar esta pesquisa voltada para o projeto de extensão no qual eles/as estão inseridos.

O quadro seguinte contém informações gerais sobre os sujeitos observados na pesquisa, como: nome, sexo, idade, deficiência, escolarização, e com quem mora.

Tabela 1: Caracterização Geral dos sujeitos observados na pesquisa.

Nome	Sexo	Idade	Deficiência	Escolarização	Com quem mora
João	Masculino	17	Síndrome de Down	Cursando o Fundamental	Apenas com a mãe
Pedro	Masculino	25	Síndrome de Down	Ensino Fundamental Incompleto	Com a mãe, irmão, cunhada e quatro sobrinhos

6.3. Instrumentos de coleta de dados

O presente estudo optou em utilizar observação de campo e roteiro de entrevista. A entrevista trata-se de uma conversa, com o intuito de obter informações sobre os sujeitos da pesquisa.

Conforme Minayo:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO, 2008, p.64).

Diante disto a entrevista é tida como uma das melhores opções para desenvolver uma pesquisa, a mesma também pode ser classificada em: sondagem de opinião, semiestruturada, aberta ou em profundidade, focalizada e projetiva. Assim, dentre essas, escolhemos a semiestruturada, pois a mesma é uma entrevista mais espontânea, onde o entrevistador traz questões pré-definidas, porém pode ainda acontecer de se integrar mais perguntas que podem surgir no decorrer da entrevista, para Minayo (2008) a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada.

Há observação que é uma importante fonte de informação e por isso a escolhemos como outro componente dessa pesquisa qualitativa, a mesma tem a função de registrar fatos da mesma forma que são visualizados. Segundo Minayo:

[...] observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. (MINAYO, 2012, p.70)

A partir disso, conclui-se que a observação participante consiste em se inserir no meio, para entender melhor quais as respostas que se procuram através da mesma. A observação também tem um utensílio de trabalho formidável que é o diário de campo, que foi utilizado por nós também dentro da observação. Segundo Minayo (2012) o diário de campo é o principal instrumento de trabalho de observação, que nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevista em suas várias modalidades.

Esses registros de diário eram feitos logo após o término das observações para que não ocorresse o esquecimento dos acontecimentos, assim o diário de campo como a observação nos serviu de apoio para responder algumas questões referentes à pesquisa.

6.4.Coleta de dados

Essa entrevista foi estruturada em três instrumentos, cada um contendo de dez a doze perguntas abertas, um destinado aos jovens com deficiência intelectual inseridos no projeto, outro para os familiares ou responsáveis desses jovens e o último foi para a coordenadora do Projeto de Extensão.

- Questionário de entrevista direcionado aos jovens com deficiência intelectual inseridos no projeto-(Apêndice 1): conseguir informações dos jovens acerca das atividades laborais.
- Questionário de entrevista direcionado as mães dos jovens-(Apêndice 2): conseguir dados sobre o jovem referente à vida e histórico.
- Questionário de entrevista direcionado a Coordenadora do Projeto de Extensão-(Apêndice 3): obter informações sobre a importância e o objetivo do Projeto de Extensão para esses jovens

Para aplicar o mencionado instrumento ocorreu um encontro com cada participante no dia 19 de Novembro de 2015. Essas entrevistas duraram em torno de 60 minutos para a mãe dos jovens, como também para a Coordenadora do Projeto, enquanto que para os jovens a entrevista durou apenas de 25 a 30 minutos, devido ao tempo de concentração que eles possuem. Os encontros para a execução das entrevistas ocorreram na UFPB no horário da manhã e tarde, pois tivemos que seguir a disponibilidade dos entrevistados, assim para garantir a privacidade desses sujeitos só participou desse momento da entrevista os pesquisadores e o entrevistado.

Nesses encontros foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas, de forma que todas as respostas foram gravadas no celular, com a permissão do entrevistado e depois transcritas para a análise. Contudo, nas entrevistas voltadas para os jovens com deficiência intelectual em alguns momentos se fez necessário modificações nas perguntas para que eles pudessem interpretar melhor o que o pesquisador queria passar, ou seja, foi utilizada uma linguagem mais informal para que os jovens compreendessem melhor o sentido das perguntas.

6.5. Análise dos Dados

Conforme as suposições da análise qualitativa adotamos os procedimentos metodológicos, de acordo com Alami (2010). Na primeira parte, o material de trabalho de campo, que foi a entrevista e o diário de campo que se desenvolveu através das observações, foram avaliados particularmente, em seguida houve a leitura e releituras das gravações das entrevistas, para que não houvesse nenhuma modificação na hora de transcrever, ou seja, buscou-se manter a legitimidade das entrevistas, logo após se fez a transcrição das falas dos sujeitos entrevistados para um arquivo eletrônico.

O trabalho de campo tem a finalidade de levantar informações para a elaboração de um diagnóstico. O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social (MINAYO, 2012).

Assim utilizamos o instrumento da observação, por nos permitiu um vínculo maior com os participantes da pesquisa, com isso pôde-se registrar momentos formais e informais, que também foram inseridos nessa pesquisa. Essa observação com estes jovens durou um mês, de início éramos monitoras deles e depois passamos exclusivamente a observá-los. Nisto pudemos ver e perceber a capacidade e a evolução desses jovens no decorrer do projeto.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a fala de todos os participantes que já foram apresentados no capítulo III, associado ao referencial teórico, para a obtenção de informações, que são expostas visando esclarecer o objeto estudado. Os tópicos a seguir apresentam a identificação e um breve histórico de vida da pessoa com deficiência intelectual, como também a importância do Projeto de Extensão “Empoderar para Crescer” na visão da coordenadora, da família e da pessoa com deficiência intelectual. E através desse contexto estes jovens com deficiência intelectual terão a possibilidade de desenvolver a autonomia laboral e a independência e, conseqüentemente, poderá obter o empoderamento.

A estrutura deste capítulo se constituirá da seguinte forma: a exposição do campo de estudo, local esse onde os jovens têm a oportunidade de desencadear o processo de empoderamento; a história de vida do jovem contada pela família e pelo próprio jovem; análise de vivência do jovem no Projeto, tendo como foco a pergunta de pesquisa: *Como o trabalho contribui para o processo de empoderamento e participação social dos jovens com deficiência intelectual?*

Por conseguinte, possui como objetivo verificar como o trabalho pode contribuir para o desencadeamento da autonomia e empoderamento do sujeito.

A primeira parte constará o relato de um dos coordenadores do projeto, quanto a sua relevância para os jovens, a segunda parte será destinada a identificação dos dois jovens, e logo em seguida será feito um panorama de vida escolar e a convivência familiar dos jovens relatados nas entrevistas por eles e seus familiares. E por último, analisaremos a importância do trabalho na vida desses jovens avaliando as falas dos jovens, das mães e da coordenadora embasados nos teóricos.

7.1.A descrição do Projeto de Extensão

O Projeto de Extensão “Empoderar para Crescer” teve como idealizadora a Prof.^a Maria, que já trabalha a alguns anos fundamentada na questão de pessoas com deficiência intelectual, especificamente, em grande parte os sujeitos que possuem Síndrome de Down. Assim ela teve a ideia de desenvolver um projeto que correspondesse à necessidade de jovens que já haviam passado da idade de estar inseridos no mercado de trabalho. Diante disto a coordenadora afirma que:

No início do ano de 2015, os jovens com Síndrome de Down que fazem atendimento na Clínica de Fonoaudiologia da UFPB, com idade mais avançadas, em torno de seus vinte e poucos anos, percebemos que em muitos casos eles já não estavam mais inseridos na escola, eles recebiam na clínica de fonoaudiologia atendimento, linguagem oral e escrita, mas, porém serviam para quê? Daí surgiu em mim uma inquietação, fiquei alguns dias pensando em avançar para uma fase seguinte com esses jovens. Emergiu, assim, a possibilidade de transformar a UFPB em campo de estágios para os mais velhos porque a minha intenção é prosseguir para uma fase seguinte e não ficar só nisso, porque na clínica eles recebiam estimulação de linguagem e escrita e da porta pra fora faziam o quê com isso? Assim surgiu um segundo projeto com a intenção de implementá-los nos setores da universidade, de forma que esses meninos seriam estagiários, e com isto veio a ideia de colocar tutores alunos/as para dá suporte a esses jovens porque não tinha como deixar esses jovens estagiários nos setores sozinhos porque isso é de nossa responsabilidade. (Coordenadora do projeto)

O projeto se desenvolveu com intenção de dar continuidade a outros projetos, que também trabalham juntos a esses jovens algumas especialidades, como a leitura e escrita. Sendo assim, o Projeto de Extensão “Empoderar para Crescer”, surgiu para dar continuidade no processo de desenvolvimento desses jovens, agora em um aspecto mais voltado para a independência desses sujeitos, conforme explicita a Coordenadora:

Emergiu então a ideia de formar parcerias. Uma das primeiras ideias foi convidar à coordenadora do comitê de inclusão a professora Ana. Assim marquei uma reunião com ela, expliquei a minha preocupação, o porquê de não estar havendo um segundo momento com esses jovens, assim expliquei a ela como funcionaria todo projeto e perguntei se ela poderia me dar um suporte. Já que ela também é professora da terapia ocupacional e poderia contribuir muito para o projeto, e ela falou que sim, que topava ai pensando nas áreas que estimulam a autonomia inicialmente pensei na psicopedagogia, mas não teve como eles me darem esse auxílio pois os professores estavam supercarregados, e já que não consegui na psicopedagogia fui para a Pedagogia. Meu primeiro foco foi a professora Rita ela não pode e me indicou a professora Taisa, liguei para ela e ela disse que topava, assim consegui reunir essas três áreas: Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e a Pedagogia. Com isto pedi que elas me designassem tutores de suas áreas e assim foi feito, acreditava que elas saberiam lidar melhor com os jovens deficientes, pois elas são da área da saúde e educação, assim articularia a estimulação que ele recebe no outro projeto de letramento. (Coordenadora do projeto)

Diante disto, formado a parceria entre a Fonoaudiologia, a Pedagogia e a Terapia Ocupacional, começaram a surgir as opiniões para o desenvolvimento do Projeto, pensando sempre no bem estar do sujeito que seria inserido nele. Uma das principais ideias foi a inserção de um/a monitor/a para cada jovem, o/a monitor/a tem um papel essencial neste projeto, pois ele irá auxiliar o jovem sempre que possível em suas atividades diárias no local de trabalho.

Dessa forma, o projeto busca desenvolver nos jovens experiências práticas que eles/as possam vir a utilizar quando estiverem inseridos no mercado de trabalho formal. Com isso, a coordenadora do projeto explica que:

O objetivo desse projeto é dá um suporte ao jovem ligado a independência, a função laboral, a autonomia no que diz respeito a essas funções ligadas ao trabalho, com o objetivo central de que ele conseguisse o primeiro emprego lá fora, mas para conseguir o primeiro emprego eles precisam ser maiores de 18 anos, ter ensino médio completo, o que muitos não têm, e ter experiência na área. Assim o projeto está condicionado a 2 anos, com intuito de ao longo desse prazo, eles se insiram no mercado de trabalho e que eles ganhem pois temos a intenção de vermos crescer e alcançar outras habilidades, outras oportunidades ligadas ao mercado de trabalho. (Coordenadora do Projeto)

Correspondente a isto se verifica que o objetivo central do Projeto “Empoderar para Crescer” é ampliar nesses jovens conhecimentos que eles poderão utilizar na sua vida profissional e pessoal. Como também gerar a autonomia e buscar desenvolver o tão almejado empoderamento requisitado pelo projeto.

7.2. Identificação de João

A entrevista com João foi realizada na Reitoria da Universidade Federal da Paraíba no dia 19 de novembro do ano 2015. Marcamos o encontro com o responsável por ele, por meio do celular, para este mesmo dia marcamos também a entrevista com sua mãe. Com ele durou 30 (trinta) minutos e com sua mãe, 60 (sessenta) minutos. Neste diálogo percebemos que João é um jovem bastante ativo, pratica atividades físicas e está ligado ao esporte (boxe). Devido a esta ligação ele já veio a participar de programas na tv de rede nacional e diante disto percebemos que apesar da deficiência o jovem João é bem dinâmico e feliz. E a sua família acredita muito em seu potencial e sempre lhe incentiva a ultrapassar as barreiras que possam aparecer em sua vida.

7.3. Panorama escolar e convívio familiar

Antes de começarmos a falar do processo de escolarização e o convívio familiar de João, será percorrido uma breve identificação pelo próprio jovem, que afirma:

Meu nome é João, tenho Síndrome de Down, tenho 17 anos, sou solteiro, sou lutador de boxe, frequento a escola e nunca trabalhei, moro com minha mãe, tenho muitos amigos, tenho uma namorada, o nome dela é Gabi, ela é muito bonita. (João)

Através da fala de João pudemos constatar que este jovem leva uma vida social bem inteirada e produtiva com as ações sociais do seu cotidiano, algo que na concepção de muitas

peças seria impossível, porque acreditam que o indivíduo que possui qualquer tipo de deficiência não poderá ter uma vida social “normal”.

O convívio familiar de qualquer indivíduo, inclusive na de uma pessoa que tenha deficiência intelectual, deve ser de muita atenção, harmonia, paciência, dedicação e carinho. De acordo com isto a mãe de João nos relata brevemente que:

Hoje só moramos eu e João, eu sou separada do pai dele, e ele mora em Monteiro, e único irmão que João tem mora em Campina Grande, então apesar de só morar apenas eu e ele tem um convívio muito bom, porque fazemos muitas coisas juntos. E sempre todos nós apoiamos e incentivamos tudo o que ele faz (Mãe de João)

Neste sentido averiguamos que os pais, apesar de estarem separados, constantemente fazem tudo pensando no bem-estar de João e sempre lhe dão todo o apoio necessário, estimulando e lutando para que ele possa viver em uma sociedade que respeite seus direitos.

Referente ao processo de escolarização desse jovem, se fez necessário recorrer a sua mãe, que nos trouxe informações importantes, pois como a jornada do indivíduo na escola começa logo cedo, poderia ser que alguns acontecimentos nessa fase ele não pudesse se lembrar, devido esse fato fazer parte do seu passado, então solicitamos a sua responsável.

Ela nos esclareceu que:

O processo de escolarização de João começou aos dois anos e seis meses, no início da aprendizagem ele não teve apoio pedagógico, ele começou em uma creche e estudou toda vida em escola particular. No início, não teve problemas de aceitação na escola, mas na medida em que ele foi crescendo ocorreram dois episódios na escola, onde as mães não queriam que seus filhos estudassem com ele na sala por medo de seus filhos se atrasarem na aprendizagem por conta dele. A primeira escola que ele estudou só tinha até o 5º ano, depois ele teve que estudar no anexo da escola, que era em outro local, que funciona do 6º até o 3º ano científico. Então foi aí que começaram os meus problemas. A própria escola não quis ele, porém como forma de educação não me dizia isso diretamente, sempre que eu ia na escola fazer a matrícula a coordenadora me dizia que a psicopedagoga que ficava responsável pela educação especial sempre estava em reunião e não poderia me atender. Assim eu desisti dessa escola e fui a procura de outra, todas as escolas me recebiam bem, mas me diziam que não tinham profissionais capacitados para trabalhar junto ao meu filho, ou também diziam que os números de vagas já estavam preenchidos. (Mãe de João)

Diante desses episódios surpreendentes, um com a diretora escolar, que se negou a matriculá-lo para o ano seguinte, e o outro foi com a rejeição por parte das escolas, em não querer aceitar João em suas instituições, Oliveira especifica que:

O que se precisa compreender, e principalmente rebater, é uma barreira, presente em toda a história, que limitou bastante o desenvolvimento social destas pessoas, muito mais até do que as próprias limitações impostas pela deficiência, que é o preconceito. (OLIVEIRA, 2011, p.18)

Isso nos mostra que o preconceito e a discriminação em relação à pessoa com deficiência ainda são bastante evidentes na sociedade, e em nosso olhar acreditamos que, comparando ao contexto histórico passado, muitos tabus sobre a discriminação já foram quebrados, porém ainda se faz necessário que se estagne de uma vez, e assim a sociedade será inclusiva.

Insatisfeita com a primeira escola, a mãe do jovem se sentiu obrigada a retirar João da escola e foi à procura de outras. Assim ela nos relatou:

Eu fui à várias escolas particulares e não conseguia que ele estudasse lá. Teve uma única escola particular que aceitou recebê-lo, porém ele não se identificou de forma alguma com ela. Daí eu fui à procura de uma escola pública, porque eu sabia que na escola pública, eu não teria rejeição. Então sempre que eu ia às escolas eu ia com ele, porque ele que teria que se agradar da escola, então eu encontrei uma escola lá no Bessa, uma escola do município, e esta escola apesar de ser uma escola pública, ela me deu um novo olhar sobre ele.

Nessa escola pública foi disponibilizado para ele uma mediadora, e já no primeiro mês dele na escola notei diferenças, pois sempre que chegava as 11:00 horas para pega-lo ele já estava na área de espera, pois neste dia ele não estava, eu achei estranho e liguei para seu celular, e ele ao atender me disse que não poderia falar ao telefone pois estava assistindo aula e o professor não permitia. Então eu achava que João não gostava de estudar, mas agora eu vejo que ele só precisava de uma aceitação e a inclusão dentro da sala de aula. Então nessa escola ele se sente incluído. (Mãe de João)

O processo de escolarização desse jovem foi um tanto conturbado em sua primeira escola, porém nessa segunda escola já houve uma transformação pois ele recebeu o acompanhamento de uma monitora e também aconteceram mudanças positivas em seu processo de aprendizagem. Sendo assim:

Esta escola trouxe vários benefícios para João principalmente ao falar em público. Outra coisa foi o material didático, que foi todo adaptado para João e o incentivo dos outros colegas de classe em tudo que João faz. Hoje em dia João não quer mais que eu o deixe dentro da escola, prefere que eu o deixe na porta da escola, ele diz que isso é coisa de criança, ele também não tem mais problema com barulho, não tem mais vergonha de falar com as outras pessoas, porque os meninos da escola interagem com ele a todo o momento, e na outra escola ele não tinha amizade com ninguém. O nível de aprendizagem de João evoluiu muito. Há dois anos João só sabia fazer o seu primeiro nome, hoje em dia ele já está lendo. Então João gosta da escola ele se sente feliz lá. (Mãe de João)

A escolarização de João teve uma mudança significativamente importante, foi quando ele passou a estudar em uma escola pública. Nessa escola ele recebeu um atendimento totalmente diferenciado da outra escola, pois os/as professores/as adaptaram os materiais pedagógicos para ele. Assim:

A missão do professor consiste em estabelecer metas e objetivos e saber sobre o que vai ensinar sem perder de vista ao aluno que é para quem se está ensinando. Essa integração professor-aluno requer do profissional desempenhar diversas faces, utilizar-se de diversas estratégias para atingir seus objetivos. Esse é o profissional comprometido, responsável, e muitas vezes, angustiado por se depara com políticas que lhe são impostas sem a menor formação de como vão se desenvolver. (MENDES, et al, 2011, p.19)

Diante disto, nota-se que o professor deve estar preparado para receber um/a aluno/a com deficiência em sala de aula. Elaborar projetos pedagógicos que possam abarcar a todos os/as alunos/as e que de fato ocorra a interação entre todos eles. Mendes, et al, nos dizem que:

Um verdadeiro ato educacional, para que alcance o seu objetivo de formar um cidadão autônomo, competente e crítico, não pode se limitar a uma simples relação de ensino-aprendizagem. É necessário ter vontade de incidir ou intervir no processo de aprendizagem do aluno, refletindo numa série de decisões de ordem pedagógica, que envolva todo o processo educativo desde a elaboração do currículo, até as práticas escolares da sala de aula. (MENDES, et al, 2011, p. 40)

A respeito disso, observamos que além da escola passar para o/a aluno/a o ensino e aprendizagem, ela também deve formar o/a aluno/a para ser um cidadão conhecedor de seus direitos e deveres, e será através das práticas metodológicas utilizadas pela escola que desencadeará no aluno uma consciência crítica.

A escola tem sido compreendida como um espaço de transmissão de cultura, de conhecimentos e de preparação para o convívio coletivo, sobretudo no mercado de trabalho, conforme Mendes, et al, (2011).

Pode-se notar que a trajetória de vida do jovem João contribui muito para o desenvolvimento do empoderamento, pois quando ele adentrou a escola pública, ele começou interagir mais com as pessoas, de modo específico com os alunos. Antes, na sua antiga escola, não tinha amigos, não participava das atividades escolares, ou seja, não existia a socialização desse jovem nesse meio. Mas, quando ele passou a frequentar a escola pública, a mesma, fez um trabalho excelente com ele, desenvolvendo nesse jovem sua autonomia, através de diversos fatores, dos quais os amigos foram muito importantes. Embora ele tenha começado a passar nesse período, um determinado tempo distante dos laços de sua mãe, pelo fato de dedicar-se a escola, mas ele começou a conquistar benefícios para sua vida, como: o desenvolvimento na leitura e escrita, além da perda da timidez, ou seja, alguns aspectos do empoderamento foram acontecendo na vida do jovem.

7.4.A importância do trabalho

O trabalho é uma atividade de extrema importância na vida dos indivíduos, pois através dele, o sujeito tem a oportunidade de mostrar o seu potencial, ou seja, a sua capacidade de aprendizagem. Sendo assim, João nos descreve o valor do trabalho na sua vida, afirmando:

Eu gosto do trabalho porque eu consigo ganhar dinheiro e posso me casar, comprar um prédio. O trabalho é importante e me faz muito feliz, quando eu não venho trabalhar eu fico triste. Eu trabalho no Comitê de Inclusão e lá no trabalho eu tiro Xerox, atendo telefone, digito e entrego documento... Eu também fiscalizo os carros que estacionam no lugar errado na UFPB, eu vou lá e digo que está no lugar errado: - Esse lugar é só pros “velhinhos”. (João)

Diante do relato de João constatamos quão grande está sendo a importância desse trabalho em sua vida, pois vem despertando nesse jovem uma perspectiva positiva para o seu futuro, como também está desenvolvendo nele conhecimentos que estão se concretizando, através das atividades laborais que ele vem exercendo no trabalho. Este jovem vê o trabalho como algo que lhe traz benefícios e satisfação, pois lá ele é feliz, é aceito por todos, ele gosta de estar neste ambiente. Perante isso percebe-se que:

Se o ser humano perde, atualmente, seu trabalho numa sociedade como a nossa, considerada moderna que objetivou o trabalho como motivação principal da ação humana, logo, ele perde o sentido da sua vida. O trabalho, ainda, é considerado como forma de autonomia, integração social e promoção social. (OLIVEIRA, 2011, p.49)

Em decorrer disso o trabalho se constitui como um dos principais pilares de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Assim o trabalho tem oferecido a João uma conquista de liberdade, pois é neste momento que ele fica distante de seus familiares e precisa desenvolver sua autoconfiança para poder transitar no meio social.

Através das atividades laborais o sujeito consegue adquirir novas aprendizagens, ou seja, desenvolver novas habilidades, melhorar a sua forma de se relacionar com as outras pessoas e principalmente adquirir a valorização pessoal. Sobre isto, a mãe de João afirma que:

O trabalho é muito importante para o desenvolvimento do meu filho, até pela questão da autoestima, até porque ele fala muito em casar, e comprar um apartamento para ele, assim o trabalho está desenvolvendo perspectivas para o futuro dele, então depois desse trabalho ele teve um amadurecimento muito grande, porque agora realmente ele está se empoderando. Aconteceu um episódio comigo, que me chocou muito. Quando viajamos para o Rio de Janeiro a alguns meses atrás, eu o levei para Campos do Jordão, Taubaté, para ele conhecer, daí teve um momento que estávamos no Sítio do Pica-pau Amarelo, percebi que João estava todo tempo emburrado, daí eu perguntei a ele por que ele estava assim, eu gastei dinheiro para

viajar com você para você se divertir e você fica assim emburrado... aí ele me disse: você está feliz, você me perguntou se era isso que eu queria??

Eu fiquei extremamente abismada porque ele nunca tinha falado assim comigo, ele me disse você que quis vim para cá, eu não pedi, você é quem está se divertindo, eu não porque estou longe de Gabi que é a namoradinha dele, longe dos meus amigos, longe da minha escola, longe do meu trabalho, então não diga que estou feliz. Assim eu percebo que agora ele tem questionamento e está desenvolvendo a sua autonomia. Através do trabalho ele teve um grande crescimento, porque agora ele faz projetos futuros pensando no dinheiro que vai receber, ele também tem um grande orgulho de dizer que está trabalhando, para autoestima dele é muito importante, daí eu fico felicíssima de ver o meu filho exercendo atividades laborais. (Mãe de João)

A valorização da autoestima é um dos principais pontos positivos que o trabalho consegue desenvolver em qualquer indivíduo, pois é através da inserção no mercado de trabalho que o sujeito se sente realizado. Com isso o Projeto de Extensão “Empoderar para Crescer”, na concepção da mãe de João é visto como:

Esse projeto “Empoderar para Crescer” é uma benção, é muito importante porque ocupa a mente desses jovens, que em muitos casos aqueles que não fazem nada acabam adquirindo depressão, então quando o meu filho ingressou nesse projeto eu tive medo, porque eu achava que ele não iria dá certo, porque ele é muito apegado a mim, porque eu achava o projeto grande demais, mas hoje em dia eu agradeço muito por existir esse projeto, porque esse projeto é obra de Deus, então João está se empoderando e eu também, porque eu estou aprendendo a liberar e soltar ele, vendo as asas dele crescendo (Mãe de João)

Sendo assim, sua mãe tem percebido a grande relevância desse projeto para o momento em que o jovem for adentrar ao mercado de trabalho formal, pois ele se situará de forma apropriada no ambiente de trabalho. O trabalho humano é visto como uma atividade criadora, que, assim, o distingue das demais espécies animais. É por meio do trabalho que produz seus meios de existência, logo, pode-se afirmar que a capacidade de construir e de transformar a sociedade se dá pelo trabalho, de acordo com Oliveira (2011).

Pode-se notar também que João se orgulha muito em dizer que tem um trabalho e quais funções ele realiza lá, e assim sua autoestima se eleva ao nível máximo, pois agora ele se percebe como um cidadão que deve exercer seus deveres na sociedade. Diante disto o jovem está apresentando resquícios de empoderamento devido ao trabalho, está mudando a sua concepção de vida e assim está desenvolvendo nele autonomia, independência e o reconhecimento de seus direitos. Assim,

Empowerment significa o processo pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas, usa o poder pessoal inerente a sua condição – por exemplo: deficiência, gênero, idade, cor- para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida (SASSAKI, 2005, p. 11)

Diante disso o empoderamento, deve está direcionado aos sujeitos que vivem desfavorecidos pela sociedade podendo assim, desenvolver no indivíduo a sua condição de cidadão, onde ele deve exigir o reconhecimento dos seus direitos, pois é o poder desta decisão que ira definir a sua condição na sociedade.

O trabalho tem ajudado a João se tornar um jovem empoderado, porque o mesmo, desenvolveu sua autoestima, confiança e autonomia, todos esses aspectos são fundamentais no empoderamento. Quando o sujeito reconhece a seu valor na sociedade, ao mesmo tempo que reivindica que todos o respeitem e lhe tratem de forma igual, ele está dando os primeiros passos para empoderar-se.

7.5. Identificação de Pedro

A entrevista com Pedro foi realizada na Clínica de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Paraíba no dia 19 de novembro do ano 2015. Marcamos o encontro com a responsável por ele, por meio do celular, e para este mesmo dia marcamos também a entrevista com sua mãe. Com ele durou 30 (trinta) minutos e com sua mãe 60 (sessenta) minutos. Nesta conversa compreendemos que Pedro é um jovem comunicativo, prestativo, consegue assimilar rapidamente as informações e gosta de praticar várias atividades físicas como: musculação; natação e boxe. Diante disto entendemos que a sua deficiência não lhe limita a fazer suas atividades diárias. O jovem Pedro é bastante descontraído, dinâmico e divertido. A sua mãe é uma pessoa que luta muito pelas causas dos deficientes e acredita que em um futuro próximo a sociedade terá uma maior aceitação desses sujeitos.

7.6. Panorama escolar e convívio familiar

Antes de discorrermos o processo de escolarização e o convívio familiar de Pedro, será apresentado uma sucinta identificação pelo próprio jovem, o qual afirma:

Meu nome é Pedro, tenho 25 anos, sou solteiro, faço natação e malho na academia de meu prédio, tenho muitos amigos, parei de estudar ano passado devido a um problema de visão, tenho Síndrome de Down, moro com minha mãe, com meu irmão, com os meus quatro sobrinhos e a mãe dos meninos, tenho namorada e o nome dela é Amanda. (Pedro)

Perante o relato desse jovem, foi notado por nós que ele é um jovem extremamente esperto e tem uma vida social de muita disposição, pratica muitos esportes, ou seja, ele

sempre procura deixar sua mente ocupada. Com isto nota-se que sua deficiência não lhe torna incapaz, como muitos sujeitos deduzem que as pessoas com deficiência sejam, pois Pedro deixa sua vida bastante dinâmica, através do esporte, do seu ciclo de amizade e também por meio do seu relacionamento amoroso, perante isto esse jovem já apresenta indícios de empoderamento, já que ele leva uma vida normal, ou seja, o mesmo tem o conhecimento que é um cidadão como outro qualquer e tem seus direitos, além de perceber que a sociedade deve respeitá-los.

O convívio familiar, resguardado por amor, carinho e respeito é de extrema importância no desenvolvimento de qualquer sujeito, se esse indivíduo possui algum tipo de deficiência, essa convivência deve ter dedicação e atenção. Com isso, a mãe de Pedro esclarece que:

Na minha casa mora eu, Pedro, o meu outro filho e minha nora e os meus quatro netos. Temos um convívio muito bom, não têm problemas, pois Pedro é uma pessoa resolvida e reconhece que tem Síndrome de Down. Pedro é muito prestativo em casa, ele se preocupa muito com as coisas da casa, como por exemplo, ele sempre me pergunta se eu paguei o plano de saúde dele, quando estamos fazendo a feira ele olha se está faltando alguma coisa, quando alguém vai viajar ele pergunta se já comprou a passagem, em que linha vai, de que horas o voo sai, assim ele é uma pessoa que se preocupa muito com as coisas de casa. (Mãe de Pedro).

Perante o relato de sua mãe, nota-se que Pedro é atencioso, cuidadoso e tem um convívio bom com sua família. Isto é importante para o desenvolvimento do jovem, pois ele ver na família uma fonte de incentivo, para mostrar a sociedade que a deficiência não é um motivo para distingui-lo das outras pessoas.

A família é uma força social que tem influência na determinação do comportamento humano e na formação da personalidade. “Pode ser definida como uma unidade social significativa inserida na comunidade imediata e na sociedade mais ampla”, conforme Simões (2010, apud, BUSCALAIA, 2006, p.11).

Com isso a família tem a sua parcela de importância na obtenção do desenvolvimento do empoderamento, na vida do jovem com deficiência intelectual, pois a mesma pode direcionar para caminhos que mostrem os seus direitos, e assim ele venha lutar e questionar sobre a efetivação deles.

O processo de escolarização é uma etapa na vida do ser humano que jamais deve ser ignorada, pois é através da educação que o indivíduo desenvolve princípios, para se situar na sociedade. Referente ao começo de escolarização de Pedro sua mãe afirma que:

A escolarização de Pedro começou aos dois anos e meio, então sempre nesse processo de inclusão em escola regular houve só uma época em que ele estudou em escola especial porém foi só uma tentativa, mas sempre frequentou escola regular. De uma forma geral foi bem aceito, tinha muitos amigos e desenvolveu bem até os 10 anos. Quando ele fez a alfabetização estava começando a ler mas houve uma ruptura que eu não sei explicar, foi nesse período que o pai faleceu e nesse período também eu o troquei de escola devido a um fato que ocorreu com um pai de outra criança que queria bater nele, aí eu não fiquei satisfeita com a posição da escola e o retirei de lá. Hoje eu me arrependo muito pois lá ele já estava começando a ler, então foram dois fatores que talvez tenham influenciado e o outro fator é a visão dele que é muito ruim, pois ele tem miopia de alto índice, tem ceratocono e já implantou os anéis de Ferrara. Eu também o trocava de escola, em dois e dois anos, pois quando eu via que não estava funcionando eu ia trocando e trocando ele de escola, isto também dificultou a aprendizagem. (Mãe de Pedro)

No relato da mãe de Pedro podemos perceber que seu processo de escolarização já começou complicado, tanto que sua mãe o trocava de escola de dois em dois anos, por diversos motivos como o afastamento devido a cirurgia, desentendimento com um pai de um aluno, etc. Acreditamos que esses acontecimentos prejudicaram muito no processo de ensino aprendizagem desse jovem. Para a educação da criança, jovem ou adulto com deficiência intelectual é importante conhecer o modo como eles se desenvolvem. Não importa a deficiência e a insuficiência em si mesma (ou a limitação), mas a reação de sua personalidade em desenvolvimento no enfrentamento das dificuldades decorrentes da deficiência. Mendonça (2011, apud, VIGOTSKY, 1995)

A condição de deficiência intelectual tem sido citada como fator determinante de uma aprendizagem lenta. “Por outro lado, esta questão pode ser atribuída, em grande parte, as falhas na metodologia ou das práticas pedagógicas adotadas, mais do que as características da deficiência intelectual”, segundo Mendonça (2011, p.23). A educação de uma pessoa que apresenta necessidades educativas especiais deve ser pautada em uma didática diversificada, sempre respeitando o ritmo de cada sujeito. Assim a mãe de Pedro discorre que:

O déficit maior de Pedro é a aquisição da leitura e escrita, porém nos outros aspectos ele é 10. Então meu sonho é que Pedro se desenvolva na leitura e na escrita, pois o que ele sabe é muito pouco. Teve uma única escola que Pedro passou 3 anos nela, foi uma escola particular onde ele fez dois anos o 5º ano, porque os coordenadores sugeriram que ele repetisse pois seria melhor para ele. Foi boa a repetição, porém no 6º ano onde ele passou a ter mais de um professor ele não se encontrou, porque ele tinha dez professores entrando e saindo então a psicóloga me falou que ele não conseguiu acompanhar o ritmo e os professores também não adaptaram materiais para eles. Com exceção da professora de matemática, que tinha sido a mesma da 5ºano. (Mãe de Pedro)

A questão da falta de preparação dos/as professores/as para atuar junto dele e o despreparo nas adaptações de seus materiais pedagógicos, fez com que Pedro não conseguisse se desenvolver no seu processo de escolarização. Contudo, uma única professora, de

matemática, fez a adaptação, mas havia a necessidade de que todos/as os/as outros/as tivessem a mesma iniciativa. Nesse sentido, Mendonça afirma que:

Uma das maiores preocupações no processo de inclusão é justamente a falta de preparação dos profissionais docentes. Preparação está relacionada a termos de mudança de representações, no conceito do que é educar e para quem educar; termos de valores em relação ao outro e de recursos pessoais, que permitam o trabalho pedagógico criativo, que é fator indispensável à inclusão. (MENDONÇA, 2011, p.21)

Os/as professores/as precisam ter uma preparação para saber lidar com esse/a aluno/a. Ter formação pedagógica adequada para a área, pois só assim ele/ela saberá se posicionar corretamente frente ao aluno que apresente dificuldades em seu processo de aprendizagem. Com isso a mãe de Pedro relata que:

Uma vez também tentei que ele estudasse em escola pública, mas foi uma calamidade, a professora não sabia da deficiência de Pedro e não estava preparada para recebê-lo, e além do mais, a sala tinha vários outros deficientes intelectuais, e era na EJA, porque ele ficou grande, adulto e foi necessário. Para mim o maior nó da inclusão é a adaptação curricular pedagógica, porque o trabalho tem que ser diferenciado e a avaliação também. (Mãe de Pedro)

Em sua passagem na escola pública, Pedro foi ainda mais excluído, porque na sala em que ele foi inserido existiam vários outros/as alunos/as com deficiência e a professora não soube lidar com esta situação. Tédde nos esclarece que:

A inclusão escolar obteve avanços significativos no decorrer de sua história, mas ainda há a necessidade de envolvimento político, institucional e familiar para que esses avanços continuem ocorrendo e pensando sempre na criança especial, pois estamos lidando com pessoas, seres únicos, que possuem sentimentos e expectativas e de forma alguma podemos desprezar os sentimentos dessas pessoas tão especiais. (TÉDDE, 2012, p.17)

Por isso é importante que o/a professor/a trabalhe em uma perspectiva inclusiva, com intuito de assegurar a educação de qualidade que está garantido por lei, onde todas as suas disciplinas devam ser inclusivas. As leis e normas que regem a educação e a sociedade em nosso país amparam e defendem o processo de inclusão, tanto social quanto educacional, de pessoas com diferentes necessidades especiais. Porém, esse amparo ainda não vem ocorrendo na prática, onde há um evidente distanciamento entre as políticas propostas e cumprimento destas, conforme Mendonça (2011).

7.7.A importância do trabalho

O trabalho além de proporcionar ao sujeito uma renda financeira, ele também desenvolve a autonomia e Pedro menciona a importância do trabalho na sua vida, afirmando que:

O trabalho é bom, eu fico feliz, meu trabalho é na UFPB, as pessoas do trabalho é gente fina, com o dinheiro eu quero ir passear no shopping, quero viajar, lá no meu trabalho eu faço café, atendo telefone, digo - olá boa tarde - quando chega alguém lá, tiro xerox. O trabalho é muito importante, porque estudar e trabalhar é bom. (Pedro)

Na concepção deste jovem, o trabalho lhe proporciona momentos felizes e diversas aprendizagens, adquirindo assim conhecimentos novos no qual ele poderá empregar em seu dia a dia. O trabalho permite ao jovem Pedro pretensão para planos, com isto nota-se que o trabalho está desenvolvendo nele expectativa positiva para o futuro. Sua mãe esclarece que:

O trabalho é muito importante para o desenvolvimento do meu filho, tanto para o amadurecimento, esse empoderamento que dá nome ao projeto, eu acho fantástico porque eles se tornam adultos na idade cronológica, com um déficit na idade mental, mas tem esse lado social que requer que eles exerçam e façam alguma atividade, e vai servir também para o seu crescimento pessoal. (Mãe de Pedro)

Analisando o relato da mãe de Pedro verificou-se que o trabalho está sendo formidável para obtenção do seu desenvolvimento, está acarretando nesse jovem modificações excelentes e sua mãe está percebendo o seu amadurecimento e crescimento, de forma que no futuro, espera-se, essas características servirão de base para o seu engajamento no mercado de trabalho formal. Que conforme Tédde (2012):

Aprendizagem é a maneira pela qual os valores, comportamentos e conhecimentos são alcançados ou alterados, como produto de formação e experiências. Esta relação pode ser examinada de diferentes maneiras, levando-se em consideração diferentes teorias de aprendizagem. (TÉDDE, 2012, apud, VELÁSQUEZ, 2001, p.34).

Diante disso, a lei de cotas, que rege e garante a entrada da pessoa com deficiência no mercado de trabalho deve ser respeitada porque isso é um direito desses sujeitos. E, segundo Oliveira (2011, p.24) “A abertura do mercado de trabalho aos indivíduos com deficiência é evidenciada e impulsionada a partir de legislações que foram elaboradas para assegurar esse direito”.

O Projeto de Extensão “Empoderar para Crescer”, tem uma perspectiva inovadora, com o intuito de desmistificar os empecilhos que dificulta o desenvolvimento dos jovens,

tanto no aspecto pessoal, como também profissional. Diante disso a mãe de Pedro fala sobre a importância do projeto:

O Projeto “Empoderar para Crescer” é fantástico, inovador e ousado, porque do meio conhecido não tem outro projeto desse tipo para o deficiente intelectual ser incluído no mercado de trabalho, porque são pouquíssimos os que estão incluídos no mercado de trabalho. Tem uma pessoa com Síndrome de Down no Mc Donald que passou por uma seleção através da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), dentre três ela foi escolhida, mas ela é alfabetizada então se torna um pouco mais fácil, para adentrar o mercado de trabalho. (Mãe de Pedro)

No relato da mãe de Pedro o Projeto de Extensão “Empoderar para Crescer”, é de suma importância, porque inclui o deficiente intelectual em atividades laborais, algo que ainda nos dias de hoje é raro de se ver, pois infelizmente ainda é muito pequeno o percentual de pessoas com deficiência intelectual inseridas no mercado de trabalho.

Observamos que Pedro acha o trabalho fundamental, e ele também acredita que a educação seja bem importante, pois em seu entendimento o trabalho pode proporcionar bem estar, novos aprendizados e conhecimentos, que antes para ele era desconhecido. A partir disso, percebemos atitude de empoderamento que estão despertando através do trabalho, tornando-o autoconfiante, maduro e seguro de si.

O empoderamento constitui um processo de desenvolvimento de potencialidades individuais, visando tornar a pessoa capaz de direcionar a sua vida de acordo com seus sonhos e desejos, de acordo com Dantas (2014). Sendo assim, quando o sujeito se empoderar, ele desenvolve um novo olhar sobre a sua vida, pois ele descobre que tem a liberdade de dominar o seu próprio destino.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por finalidade analisar como a inserção de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho pode desencadear o empoderamento e a obtenção de seus direitos, buscando assim responder a seguinte pergunta de pesquisa: *Como a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, em atividades laborais pode gerar empoderamento e promover a participação social?*

Neste contexto, a pesquisa embasada nos teóricos buscou comprovar que as pessoas com deficiência, infelizmente, ainda se encontram excluídas perante a sociedade, apesar de termos aqui no Brasil leis que asseguram a inclusão do deficiente nos meios social e escolar, ainda se faz necessário o cumprimento das mesmas. Constatou-se também que as escolas desde os anos 90 estão na fase da educação inclusiva que perdura até os dias de hoje, porém elas ainda se encontram inadequadas para receber o/a aluno/a com deficiência tanto na parte pedagógica, como na estrutura física, ou seja, a ausência da acessibilidade, desse modo o aluno deficiente não recebe uma educação de qualidade dificultando assim a sua entrada no mercado de trabalho, que por sua vez exige escolaridade e qualificação dos mesmos, para poder está apto a concorrer uma vaga no setor trabalhista.

Referente ao trabalho constatou-se que algumas empresas ainda não possuem estruturas adaptadas e nem uma preparação profissional adequada para receber o deficiente, principalmente o deficiente intelectual, que precisa de atenção especial, pois como o seu processo de aprendizagem é mais lento, se faz necessário sempre que possível um auxílio nas atividades que forem designadas a eles, porém esse auxílio não significa dizer que o mesmo não tem condições de exercer uma atividade laboral, porque o que se constatou também é que as pessoas têm uma visão errônea sobre o deficiente intelectual, associando eles/as como incapazes.

Através dos dados colhidos com os sujeitos desta pesquisa, que foram a entrevista associada às observações de campo no Projeto de Extensão “Empoderar para Crescer”, pôde-se constatar que o trabalho tem o poder de transformar a pessoa com deficiência intelectual, pois é por meio do trabalho que o indivíduo sente-se participativo de fato, na sociedade, e assim tem a oportunidade de mostrar o seu potencial, alcançar sua independência financeira, obtém a valorização da autoestima, e principalmente, vê os seus direitos sendo exercidos. Direitos esses reconhecidos através do empoderamento, pois o mesmo tem o intuito de despertar no indivíduo a sua autonomia e reconhecimento dos seus direitos que lhes estão garantidos por leis.

A família ocupa um papel muito importante para o empoderamento dos sujeitos pesquisados, pois a mesma inicia todo o processo de inclusão e educação, conseqüentemente, na sociedade e na escola, como também direcionam os mesmos, em sua trajetória de vida, para que eles venham ocupar diversos espaços de interações sociais disponíveis aos mesmos, revelando aos outros cidadãos que eles são sujeitos capazes de se desenvolver no meio social.

Para que se concretize a inclusão dos deficientes nas empresas se faz necessário que elas adotem novas estratégias que irão auxiliar no desenvolvimento da pessoa com deficiência no trabalho. Assim deve-se trabalhar junto aos funcionários a questão do preconceito e da diversidade no local de trabalho, através de palestras e cursos, como também disponibilizar pessoas capacitadas para dar assistência sempre que necessário a pessoa com deficiência. Ademais, a empresa deve dar oportunidade para que o sujeito cresça dentro da empresa, pois a deficiência não deve ser vista como empecilho para crescimento profissional da pessoa com deficiência.

Considerando o movimento de inclusão muito importante para obtenção de direitos e conquistas que foram adquiridos para as pessoas com deficiência, ainda se faz necessário avançar nesse processo, pois a sociedade continua a praticar a discriminação e preconceito com esses sujeitos. Assim, os avanços obtidos através das aprovações de leis relacionadas à inclusão, as ações realizadas pelas ONG's e instituições, além de projetos desenvolvidos em Escolas e Universidades, vêm contribuindo para o favorecimento e aceitação desses deficientes no mercado de trabalho. Mas, não basta só isso, é necessário por parte do poder público e privado, elaborar programas de conscientização da sociedade de modo geral, bem como, facilitar, da melhor forma possível, o acesso dos deficientes aos diversos segmentos da sociedade e, de modo específico em estágios, primeiro emprego e concursos públicos.

Através dos fatores citados nesta pesquisa os quais destacamos: ambiente familiar adaptado e estável, maturidade da família para facilitar o desenvolvimento e a emancipação do jovem com deficiência intelectual, educação com os recursos apropriados e com uma aprendizagem adequada, a inserção no mercado de trabalho e a conscientização, aceitação e respeito da sociedade; consideramos que esses contribuem diretamente, permitindo e facilitando o empoderamento das pessoas com deficiência, principalmente com o trabalho.

REFERÊNCIAS

ALAMI, Sophie; DESJEUX, Dominique; MOUSSAOUI, Isabelle Garabau. Os métodos qualitativos. Tradução: Luis Alberto S. Peretti. Petrópolis: Vozes, 2010.

AUGUSTIN, Ingrid. Modelos de Deficiência e suas Implicações na Educação Inclusiva. IX ANPEDSUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Santa Catarina, 2012.

Disponível em:

<http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Especial/Trabalho/08_07_19_1427-7299-1-PB.pdf>. Acessado em: 21/11/2015.

BAQUERO, M. Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília : MEC, SEESP, 2006.

BRAGA, Magali Cardoso. Empregabilidade e cidadania: A inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Universidade de Brasília UnB – Brasília, 2011.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em:

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-205>>. Acessado em: 21/11/2015.

_____, Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999 no Art. 3º inciso I. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acessado em: 21/11/2015.

_____, Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acessado em: 21/11/2015.

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 21/10/2015.

_____, Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acessado em: 21/10/2015.

_____, Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa

Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 21/10/2015.

_____, Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>. Acessado em: 21/11/2015.

_____, Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>. Acessado em: 21/11/2015.

_____, Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acessado em: 30/11/2015.

_____, Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acessado em: 30/11/2015.

_____, Ministério da Educação. Educação Especial. Brasília. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_especial.pdf>. Acessado em: 21/10/2015.

CELEDÓN, Esteban Reyes. Inclusão escolar: um desafio. Disponível em: <<http://luchoagustin.tripod.com/inclusao.htm>>. Acessado em: 21/11/2015.

DANTAS, Taísa Caldas. Estudo da Autoadvocacia e do Empoderamento de Pessoas com Deficiência no Brasil e no Canadá. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Paraíba, 2014.

Deficiência | *adj.* | *s. m.* Priberam Dicionário. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/deficiente>>. Acessado em: 21/11/2015.

DUARTE, Emerson Rodrigues; et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação Especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382013000200011&script=sci_arttext>. Acessado em: 21/11/2015.

FERREIRA, Julio Romero e GLAT, Rosana. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós – LDB. DP&A. Rio de Janeiro, 2003.

GADOTTI, Moacir. Educação de Adultos como Direito Humano. Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Debate. Ano 2, n. 2. Santa Catarina, 2013.

GARCIA, Vinícius Gaspar. A Pessoa com Deficiência na História do Mundo. Bengala Legal. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acessado em: 30/11/2015.

GOMES, Isabel Cristina dos Santos. A Inclusão de Pessoas com Deficiência Mental nas Classes Regulares. Universidade do Estado da Bahia. Bahia, 2009.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Empoderamento: definições e aplicações. In: 30º Encontro Anual da Anpocs – 24 a 28 de outubro de 2006.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Gisele. Problematizando o Conceito de Empoderamento. Universidade Federal de Santa Catarina. Anais do Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS). Santa Catarina, 2007.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acessado em: 21/11/2015

JUNIOR, Roberto Bolonhini. Portadores de necessidades especiais: as principais prerrogativas dos portadores de necessidades especiais e a legislação brasileira. Edição 1. Editora ARX. São Paulo, 2004.

LUPPI, Magda Ferreira de Andrade. Inclusão do deficiente intelectual no mercado de trabalho. (Instituto MT de pós-graduação FAC – Faculdade Católica de Cuiabá Programa de pós-graduação em educação especial e inclusão, 2010).

MATOS, Ana Lúcia Santos. O Processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos. Rio Grande do Sul, 2009.

MENDES, Cláudio Neris Martins; TINTI, Joel Adame; MARTINS, Marília Novais Da Silva Pereira. Os Desafios da Educação para Atender a Competitividade do Mercado de Trabalho Brasileiro Contemporâneo. Estudos. Volume 40, nº 1, p. 35-47. Goiás, 2013.

MENDONÇA, Regina Celia Aвила. A Aprendizagem do Aluno com Deficiência Intelectual e a Prática Pedagógica em Questão. Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

MINAYO. Cecília Maria de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Edição 27, Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2008.

MINAYO; Maria Cecília de Souza; GRUBITS, Sonia; Cavalcante, Fátima Gonçalves. Observar, ouvir, compartilhar: trabalho de campo para autópsias psicossociais. Ciências Saúde Coletiva. Volume 17, nº.8. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000800014>. Acessado em: 30/11/2015.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência, e educação especial. Reflexos desenvolvidos na tese de doutorado: A Prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental. São Paulo. Unimep, 2003.

MOREIRA; HÉLVIO Feliciano; MICHELS, Luciano Rhinow; NELSON, Colossi. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. Escritos sobre Educação. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-98432006000100004&script=sci_arttext>. Acessado em: 30/11/2015.

MOURA, Kátia Cristina Bezerra. Uma Análise Crítica a Profissionalização de Alunos com Deficiência Intelectual: Construindo a Educação Inclusiva. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva. Curso de Especialização a Distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Mato Grosso, 2009.

OLIVEIRA, Aline Alice Abreu. Sociedade Inclusiva: Pessoas com Deficiência Intelectual no Mercado de Trabalho. Universidade Estadual do Ceará. Centro de Humanidades. Curso de Ciências Sociais. Ceará, 2011.

OLIVEIRA, Jaqueline Moreira; ARAÚJO, José Newton Garcia; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado do trabalho. Latin – American Journal Of Fundamental Psychopathology On Line. Ano VI, n. 1. Minas Gerais, 2006.

ONU, Declaração de Salamanca, Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Procedimentos- Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em: 21/10/2015.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SANTOS, Camila Soares; SOUSA, Jorzielda Maria. “Sim, Eu Posso!” A Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho: Um Estudo de Caso no Armazém Paraíba (Picos-PI). Universidade Federal do Piauí. Disponível em
<<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/admpicos/arquivos/files/Sim%20Eu%20Posso,%20A%20Inclus%C3%A3o%20da%20Pessoa%20com%20Deficiencia%20no%20Mercado%20de%20Trabalho%20-%20Um%20Estudo%20de%20Caso%20no%20Armazem%20Paraiba%20%28PI%29.pdf>>. Acessado em 06/12/2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Vida independente: na era da sociedade inclusiva. São Paulo: RNR, 2005.

_____, Romeu Kazumi. Preparação para o trabalho e determinação das condições adequadas para o exercício satisfatório das atividades. In: Anais do Seminário sobre Profissionalização da Pessoa Deficiente: Bolsas de Trabalho. São Paulo: Apae-SP, p. 1-18, 1986.

SHIMONO, Sumiko Oki. Educação e Trabalho: Caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, Neide Samico. A empregabilidade da pessoa com deficiência intelectual. Brasília-DF, 2009. Total de folhas do TCC: 42 p. Orientador: Prof. Dr. José Luiz Mazzaro. Monografia de Especialização – Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso. 2º Semestre/2009.

SILVA, Tomas Tadeu. A política e a epistemologia do corpo normalizado. Espaço: informativo técnico-científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro, 1997.

SIMÕES, Maria Isabel Pombo Gomes. Necessidades das Famílias de Crianças com Deficit Cognitivo e Motor. Instituto Politécnico de Castelo Branco. Escola Superior de Educação. Mestrado em Educação Especial Domínio Cognitivo e Motor. Castelo Branco-Portugal, 2010.

TÉDDE, Samantha. Crianças com Deficiência Intelectual: a Aprendizagem e a Inclusão. Centro Universitário Salesiano de São Paulo. São Paulo, 2012.

TETTE, Raissa Pedrosa Gomes. Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: Relações entre Significado do Trabalho e Percepção de Suporte Social e Organizacional. Universidade Federal de São João Del-Rei – São João Del-Rel, 2013.

VASCONCELOS, Fernando Donato. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho de Salvador-Bahia. Doutorado em Saúde Pública Ironias da desigualdade: políticas e práticas de inclusão de pessoas com deficiência física. Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000100006&script=sci_arttext>. Acessado em: 30/11/2015.

VIANA, Luciana Maria Maia; CAMINO, Cleonice Pereira dos Santos; LARRAIN, Leoncio Francisco Camino Rodriguez. Preconceito Contra Pessoas com Deficiência Física: Uma Análise das Concepções e Práticas que Permeiam o Ambiente Organizacional na Visão dos Profissionais de Recursos Humanos. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR-A2775.pdf>>. Acessado em 06/12/2015.

WERNECK. Nísia Maria Duarte. Inclusão Social – Todos Somos Responsáveis. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.cidadaniaembraer.org.br/site/pagina.php?idconteudo=209&entrevistasAnterioresPage=4>>. Acesso em: 20/05/2008.

WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_da_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas>. Acessado em: 21/11/2015.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA OS JOVENS

1. Como foi a sua infância? Tinha amigos? Frequentava a escola?
2. Você já exerceu algum trabalho antes de entrar nesse projeto? Caso sim, aonde? Por quanto tempo?
3. O que você acha do projeto ‘Empoderar para crescer’?
4. Quais são suas expectativas para esse projeto?
5. Você gostaria de receber um salário ou benefício nesse projeto? Caso sim, o que você pretende fazer com este recurso financeiro?
6. Como você é tratado pelos colegas no seu trabalho?
7. Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação em seu trabalho?
8. O trabalho lhe traz autonomia?
9. Você é feliz no trabalho?
10. Qual é a importância do trabalho na sua vida?
11. Quais são os seus planos para o futuro?
12. Qual a mensagem que você deixa para as pessoas com deficiência, que encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho?

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO PARA AS MÃES

1. Seu filho recebe algum benefício do governo? Qual?
2. Como foi o processo de escolarização do seu filho? A escola lhe acolheu bem? Teve algum apoio pedagógico?
3. Em sua opinião você acha que escola preparou bem o seu filho para o mercado de trabalho?
4. Você acha que o trabalho é importante para desenvolvimento do seu filho? Por quê?
5. Qual é a sua concepção sobre o projeto “Empoderar para crescer”?
6. Quais foram as suas expectativas quando o seu filho ingressou nesse projeto?
7. Quais são os benefícios que surgiram a partir do momento em que ele filho adentrou ao projeto, em sua avaliação?
8. Como você se sente vendo seu filho exercendo atividades laborais?
9. Qual é a sua opinião sobre o mercado de trabalho para os deficientes?
10. Na sua concepção você acredita que as barreiras de exclusão referente ao deficiente na sociedade já foram quebradas ou ainda precisa de melhorias?

APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO PARA A COORDENADORA DO PROJETO

1. Qual o foco do projeto?
2. Como, quando surgiu e qual a motivação em cria-lo?
3. Qual a razão em reunir coordenadoras de três diferentes áreas do conhecimento?
4. Como você acredita que a união da Pedagogia, da Fonoaudiologia e da Terapia Ocupacional podem contribuir para o desenvolvimento do jovem nas atividades laborais da UFPB?
5. Como funciona o projeto?
6. Como se deu a escolha dos jovens para as atividades laborais? Foi de forma aleatória ou vocês utilizaram algum critério?
7. Como você espera que o jovem venha obter a autonomia por meio do projeto?
8. Como ocorrerão as atividades laborais?
9. Quais as metas que você possui em longo prazo com esse projeto?
10. Como você acredita que a UFPB está sendo beneficiada através do projeto?
11. Como se deu o acolhimento desses jovens nos setores da UFPB? Vocês tiveram dificuldades para sensibilizar os profissionais ou houve uma boa recepção por parte desses?
12. A UFPB disponibiliza algum recurso para a execução desse projeto?

APÊNDICE 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu, _____ responsável pelo filho
(a) _____ autorizo Monique
Bezerra de Melo, Renata do Nascimento Silva, e Rayssa Cabral dos Santos, do curso de
Pedagogia da UFPB, a utilizar fotos, identificação e falas em sua dissertação.

João Pessoa, 18 de novembro de 2015.

Assinatura:

RG: _____

ANEXO 1 – Justificativa do projeto de extensão “Empoderar para Crescer”

O Projeto de Extensão “Empoderar para Crescer”, desenvolve o trabalho com comunicação, autonomia e inclusão, proposto ao longo deste Projeto, irá contribuir efetivamente para o empoderamento de jovens e adultos com deficiência intelectual. Por meio dessa perspectiva, os benefícios para este grupo serão grandiosos, por privilegiarem aspectos inerentes à articulação da sociedade com o poder público. Além dos benefícios elencados, os cenários de prática ganham um novo perfil, por considerarem a atuação do sujeito com deficiência intelectual. Este projeto é articulado com 3 cursos universitários que são eles: Fonoaudiologia, Pedagogia e Terapia Ocupacional. Vale ressaltar que o/a aluno/a Graduando em Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional ou Pedagogia também aprimora seus conhecimentos, ao se tratar dos processos voltados à comunicação, isto é, à fala, leitura e escrita, incluindo os fenômenos de alfabetização e letramento. Além disso, considera aspectos inerentes à autonomia laboral, com vistas à profissionalização, bem como à valorização do conhecimento pedagógico adquirido por este sujeito com deficiência intelectual. A intenção do projeto é articular este Programa a projetos institucionais já existentes na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como o já intitulado "Letramento em Pauta: Intervenção Fonoaudiológica em sujeitos com Síndrome de Down", em ação desde o Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) 2013, o qual vem apresentando uma demanda de usuários jovens e adultos, com necessidade de uma educação continuada e uma inserção no mercado de trabalho. Projeto esse que tem como bandeira o perfil ético, científico e moral sempre norteando as suas ações; resultados que podem ser comprovados pelas evoluções clínicas dos pacientes atendidos durante todos esses anos. A equipe, porém, quer buscar uma independência baseada no letramento e na comunicação que atinja muito além dos muros da clínica e dos seus lares em suas atividades do cotidiano. Que seja uma inserção efetiva nas instituições de ensino, aqui concretizadas por meio dos setores internos da Universidade Federal da Paraíba e, mais ainda, no convívio em todos os cenários sociais, para que tais fenômenos possam abrir portas para um ambiente ocupacional.